São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 13, Domingo, 14 e Segunda-feira, 15 de abril de 2024 | Edição N º 1006

datamercantil.com.br

Lula diz que "não tem ninguém melhor" que Padilha para lidar com o Congresso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse, na sexta-feira (12), que "não tem ninguém melhor" que o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, para lidar com o Congresso.

A fala acontece no momento em que a troca de farpas entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Padilha foi retomada.

"Padilha está num cargo que parece ser o melhor do mundo nos primeiros seis meses e depois começa a ser muito difícil. Nos primeiros seis meses isso é como um casamento, nos primeiros meses de casamento tudo é maravilhoso", disse Lula durante a cerimônia de inauguração da nova sede da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), em São Paulo.

"E, aí, chega um momento que começa a cobrar e o Padilha está na fase da cobrança. Esse é o tipo do ministério que a gente troca a cada seis meses, para que o novo faça novas promessas. Mas só de teimosia, o Padilha vai ficar muito tempo nesse ministério, porque não tem ninguém melhor para lidar com adversidade dentro do Congresso Nacional que o companheiro Padilha. E a gente deixa de ser unanimidade quando começamos a ter divergência com outros companheiros, mas isso é assim, a vida é assim."

O tom do discurso de Lula foi semelhante a um antigo que foi usado como base por Padilha para se manifestar pela primeira vez, ainda na quinta-feira (11), sobre as críticas de Lira.

O recente atrito entre Padilha e Lira foi decorrente da votação na Câmara sobre manter a prisão do deputado federal Chiquinho Brazão (sem partido-RJ).

Na quinta-feira (11), Lira chamou Padilha de "incompetente" e se referiu ao petista como um "desafeto". Isso aconteceu após o ministro ter se articulado para Brazão permanecer preso.

Em resposta nesta sexta-feira (12), o ministro disse que não tem qualquer tipo de rancor. "Sobre rancor, a periferia da minha cidade diz que 'mano, rancor é igual a tumor, envenena a raiz'", disse o ministro em referência a trecho de música "AmarElo", do rapper Emicida.

CNN

Economia

Primeira fábrica automatizada de prédios do país produz mais de 4.000 apartamentos por ano

Página - 03

Setor de Serviços recua 0,9% após três meses de alta

Página - 03

STARTUP

Startup STANDOUT expande para o México e mira na Colômbia e Chile

Página - 05

Asia Shipping anuncia aquisição de parte da startup catarinense Dati

Página - 05

Asia Shipping

Política

Após intervenção de Haddad, Lula mantém Prates na presidência da Petrobras

Página - 04

Lira 'ofende a harmonia entre os Poderes' ao criticar Padilha, diz PT

Página - 04

No Mundo

Israel aumenta alerta para retaliação iraniana após ataque a embaixada

Israel aguarda com nervosismo na sexta-feira (12) um ataque do Irã ou de seus aliados, à medida que crescem os avisos de retaliação pelo assassinato, na semana passada, de um oficial sênior na embaixada do Irã em Damasco.

Países como Índia, França e Rússia alertaram seus cidadãos contra viagens à região, que já está sob tensão por causa da guerra em Gaza, agora em seu sétimo mês.

O Ministério das Relações Exteriores da Polônia também desaconselha viagens a Israel, Palestina e Líbano. "Não se pode excluir que haverá uma escalada repentina de operações militares, o que causaria dificuldades significativas na saída destes três países", afirmou o ministério num comunicado. "Qualquer escalada pode levar a restrições significativas no tráfego aéreo e à incapacidade de cruzar as fronteiras terrestres".

Os militares israelenses disseram na quinta-feira (11) que não tinham emitido novas instruções para os civis, mas que suas forças estavam em alerta máximo e preparadas para uma série de cenários.

O Ministério das Relações Exteriores de Israel não comentou os relatos de que algumas missões diplomáticas israelenses foram parcialmente esvaziadas e a segurança reforçada.

"A vingança virá", escreveu o maior jornal diário de Israel, Yedioth Ahronoth. "No momento, a premissa é que será muito em breve, nos próximos dias."

Israel não reivindicou a responsabilidade pelo ataque aéreo de 1º de abril que matou o general de brigada Mohammad Reza Zahedi, um comandante sênior da Força Quds da Guarda Revolucionária Iraniana, e seis outros oficiais enquanto participavam de uma reunião no complexo da embaixada de Damasco.

Mas o líder supremo do Irã, aiatolá Ali Khamenei, acusou Israel e disse que o país "precisa ser e será punido" por uma operação que ele considerou equivalente a um ataque em solo iraniano.

"Será muito difícil para o Irã não retaliar", disse Raz Zimmt, pesquisador sênior do Instituto de Estudos de Segurança Nacional de Israel.

CNN

Milei oferece apoio a Musk em disputa envolvendo plataforma X e o Brasil

O presidente argentino Javier Milei ofereceu ao empresário Elon Musk ajuda para lidar com a disputa envolvendo o X, antigo Twitter, no Brasil. Os dois se encontraram pela primeira vez na sexta-feira (12) em uma fábrica da Tesla, empresa de carros elétricos de Musk, no Texas, nos Estados Unidos.

Segundo o comunicado emitido pelo governo argentino, Milei e Musk conversaram sobre a importância do desenvolvimento tecnológico para o mundo e concordaram em realizar, em breve, um grande evento na Argentina para discutir as ideias de liberdade.

Elon Musk e Javier Milei vinham trocando elogios via redes sociais há tempos. A Argentina possui uma enorme reserva de lítio, componente essencial para as baterias usadas nos veículos da Tesla.

Além disso, recentemente a SpaceX, outra empresa de Musk, ganhou permissão para oferecer os serviços de internet da Starlink, também operada pelo empresário, no país. Por isso, existia a expectativa de alguma parceria de negócios pudesse ser anunciada depois do encontro – o que seria uma vitória política de Milei. Mas, até agora, isso não aconteceu.

CNN

Eleições no México: onda de assassinatos coloca a própria democracia na mira

Jesús Corona Damián, candidato a prefeito em Cuautla, no México, estava em um carro perto de sua casa em uma noite do mês passado, quando dois homens de moto passaram em alta velocidade e atiraram.

No dia anterior, uma gangue local havia enviado uma ameaça ao candidato, então naquela noite ele dirigiu atrás de centímetros de vidro à prova de balas. Ele sobreviveu e, em comentários aos repórteres após o ataque, emitiu uma nota desafiadora: "Chega de viver com medo, não vou desistir".Poucos dos aspirantes a políticos visados pelos cartéis do México no período que antecedeu as maiores eleições da história do país tiveram a oportunidade de tal resistência.

Candidatos políticos em todo o país estão sendo assassinados com uma frequência surpreendente, à medida que os grupos poderosos procuram abrir caminho para as suas escolhas preferidas.

Dois dias antes do ataque de Cuautla, o candidato a prefeito de Acatzingo, estado vizinho, foi baleado e morto no estacionamento de sua concessionária de veículos. Na semana anterior, o candidato em Pihuamo, concorrendo à reeleição após um mandato de três anos, foi morto em um cruzamento perto da praça central da pequena cidade.

Até agora, este ano, pelo menos 28 candidatos foram atacados, com 16 mortos, de acordo com dados levantados até 1 de abril pelo grupo de investigação Data Cívica, um número que deverá superar até mesmo os ciclos eleitorais mais sangrentos do passado do México.

"Esse é um momento crucial para o crime organizado influenciar quem estará no poder, quem irá fornecer proteção, informação, recursos", disse Sandra Ley, diretora do programa de segurança do México Evalúa, um think tank de políticas públicas.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da

Primeira fábrica automatizada de prédios do país produz mais de 4.000 apartamentos por ano

A primeira fábrica automatizada de prédios do Brasil entra em operação em Cascavel, no Paraná, para a construção de um bairro integrado com 36 edifícios. Com um complexo industrial ocupando uma área de 180 mil m², cerca de 2.400 apartamentos poderão ser produzidos a cada seis meses.

A produção segue a mesma ideia da linha de montagem de veículos pela indústria automotiva. Estruturas de concreto pré-moldadas de paredes, lajes e pisos saem prontas da fábrica, inclusive com a parte hidráulica e elétrica embutida. No canteiro de obras, as peças são conectadas sobre a fundação já finalizada.

"Tem que industrializar a construção civil. Fazer em escala é o único jeito de baixar custos", diz o empresário Francisco Simeão, idealizador do projeto Ecoparque Bairros Integrados.

Segundo ele, as fábricas de prédios são uma saída para a construção civil ser menos poluente. "É descarbonizada, praticamente não gera perdas ou resíduos. E toda a água utilizada para lavar os equipamentos é tratada e reaproveitada para limpeza dos pátios e a manutenção dos jardins."

O investimento no complexo industrial foi de R$ 200 milhões. Outros R$ 200 milhões custearam a compra do terreno e a produção dos três primeiros prédios do bairro planejado.

No primeiro ano de funcionamento, a fábrica vai operar com cerca de 10% de sua capacidade, com foco no treinamento de funcionários e ajustes da unidade. A previsão é entregar, até dezembro de 2024, três prédios com 360 apartamentos no total. Para comparação, pela construção convencional, uma torre de 120 apartamentos ficaria pronta entre 15 meses e dois anos.

O grupo Ecoparque espera operar a fábrica com 50% de capacidade em 2025, podendo entregar aproximadamente 2.000 apartamentos em um ano. A previsão é atingir 100% da capacidade de produção a partir de 2026, construindo, anualmente, cerca de 4.000 unidades. Folhapress

Setor de Serviços recua 0,9% após três meses de alta

A atividade do setor de serviços no Brasil apresentou recuo 0,9% na passagem de janeiro para fevereiro de 2024, segundo dados da Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada na sexta-feira (12) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com Luiz Almeida, analista da pesquisa, o resultado é fruto de um movimento de compensação após meses de alta.

"É uma descontinuação dos ganhos anteriores. Como observamos, por exemplo, na atividade de profissionais, administrativos e complementares", afirma o técnico do IBGE.

Além desse grupo, a queda se deu no setor de informação e comunicação (-1,5%) transportes (-0,9%) e outros serviços (-1,0%). Apenas as atividades de serviços prestados às famílias registraram variação positiva, de 0,4%.

A queda de fevereiro se dá após três meses de alta, e o volume de serviços se manteve 11,6% acima do nível pré-pandemia. No acumulado do primeiro bimestre de 2024, o volume de serviços cresceu 3,3% frente ao mesmo período do ano passado, e fevereiro de 2024 ficou 2,5% acima de fevereiro de 2023. No acumulado nos últimos 12 meses ficou em 2,2%.

Outro ponto informado pelo IBGE foi a queda do índice de atividades turísticas, que recuou 0,8% em fevereiro, na comparação com janeiro. Foi o segundo desempenho negativo seguido, com perda acumulada de 1,8%.

Vinícius Lisboa/ABR

Exportações chinesas caem 7,5% em março, mais que o esperado

As exportações da China ficaram em US$ 280 bilhões em março, anunciaram as autoridades de comércio exterior do país na sexta (12), uma queda de 7,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior. O percentual é superior à expectativa de economistas pesquisados antes pelo jornal The Wall Street Journal, que apontavam queda de 3,4%.

Analistas de empresas financeiras como Capital Economics e Macquarie Capital creditaram a redução à base elevada de comparação os US$ 316 bilhões alcançados em março de 2023. Saindo das restrições ligadas à pandemia, a China registrou um ano atrás o seu melhor março em vendas, com um salto então de 14,8%.

A queda nas exportações em dólar também é creditada a fatores cambiais e vai na contramão dos resultados em volume. Segundo a Capital Economics, "apesar de uma queda maior que a esperada nos valores de exportação, os volumes de exportação subiram para níveis recordes".

Em volume, por exemplo, carros elétricos apresentaram um salto de 25,6%, para 490 mil unidades exportadas no mês. Terras raras, de 10,4%, para 6,02 milhões de toneladas.No agregado do primeiro trimestre, somando-se ao crescimento de 7,1% registrado em janeiro-fevereiro, o crescimento das exportações chinesas em dólar foi de 1,5%. O trimestre anterior, de outubro a dezembro de 2023, havia marcado uma queda de 1,2%.

Analistas afirmam que a redução das exportações em março não afeta a previsão de crescimento para as vendas chinesas no ano, de perto de 5%. Também afetariam pouco as projeções para o PIB, mais vinculadas ao comércio exterior por volume.

Além das exportações, também as importações em dólar mostraram queda em março, de 1,9%, segundo as autoridades chinesas. No primeiro trimestre, o resultado também acabou sendo positivo, um crescimento e 1,5%.

Nelson Sá/Folhapress

Política

Após intervenção de Haddad, Lula mantém Prates na presidência da Petrobras

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, ficará no cargo, após duas semanas de turbulência, mas uma permanência maior está condicionada a mudanças de conduta, segundo aliados do chefe do Executivo.

O ingresso do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, no debate mudou o cenário, em uma derrota aos ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Minas e Energia, Alexandre Silveira, que eram contrários à permanência de Prates na função.

Interlocutores do presidente Lula (PT) afirmam que ele chegou a anunciar a aliados que iria demitir Prates, o que fazia com que a mudança no comando da estatal fosse dada como certa até o último domingo (7).De acordo com integrantes do governo que participaram das discussões sobre o tema, o chefe da equipe econômica defendeu a distribuição dos dividendos extraordinários, posição que havia sido assumida por Prates e era um dos motivos da crise entre ele e Silveira. A defesa de Haddad vem do fato de que parte da verba dos dividendos vai para o caixa da União e aliviará a situação financeira do governo federal.

Lula foi sensibilizado pelos argumentos do ministro da Fazenda, segundo ministros, porque se convenceu da necessidade de reduzir o déficit das contas públicas.

Outro ponto que pesou em favor da manutenção de Prates, ao menos temporária, foi a ausência de um sucessor natural para o cargo.

Também segundo integrantes do governo, o nome do presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, perdeu força depois de ele mesmo ter dito ao atual chefe da Petrobras que foi sondado para a função.

Essa iniciativa de Mercadante teria incomodado o presidente, que passou a avaliar outros nomes para a presidência da empresa. Na ausência de um sucessor natural, Prates ganha um fôlego para tentar reconquistar a confiança de Lula.

Segundo ministros do governo, Prates deverá estar mais afinado com as expectativas de Lula em relação ao papel social da companhia, não se limitando aos interesses dos acionistas. Catia Seabra/Folhapress

Lula manteve ‘98% do projeto’ de saidinha, diz ministro após críticas a veto

Após críticas de bolsonaristas ao veto parcial de Lula (PT) ao projeto de lei que proíbe as saídas temporárias dos presos, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social do Brasil, Paulo Pimenta, reforçou que o presidente manteve “98% do projeto apresentado pelo Congresso”.

Pimenta esclareceu que Lula vetou apenas um trecho do projeto. O ministro reforçou que quem cometeu assassinato, latrocínio, estupro, tráfico de drogas, roubo à mão armada, pedofilia e qualquer outro crime hediondo ou violento não terá direito a saída temporária.

“Bandidos que oferecem risco à sociedade não vão sair”, escreveu o ministro no X, nesta sexta-feira (12). Medida foi publicada no DOU (Diário Oficial da União) na noite de quinta-feira (11), em edição extra.

Em seu veto, Lula permitiu que presos em regime semiaberto tenham direito a deixar a prisão em datas comemorativas para visitar familiares, sempre com tornozeleira eletrônica. “Poderá sair depois da avaliação do juiz quem não cometeu crime violento, tem bom comportamento, está em regime semiaberto, passou no exame criminológico e apenas para ver a família em datas especiais, como Páscoa e Natal, com tornozeleira eletrônica”, enfatizou Pimenta.

Lula aceitou recomendação do ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. De acordo com o governo federal, foi indicação da pasta manter o direito à saída temporária dos presos do semiaberto para visita a familiares.

Paulo Pimenta defendeu que o presidente tem o direito de vetar o projeto. “O Poder Legislativo aprova, o presidente da República tem direito de aceitar ou não e a palavra final é do Congresso. Então isso é absolutamente natural, isso faz parte do equilíbrio das relações institucionais. Agora, eu quero chamar atenção? 98% do projeto que foi aprovado na Câmara foi mantido pelo presidente Lula”, disse o ministro em entrevista à CNN Brasil. Folhapress

Para ele, a sociedade e o

Lira ‘ofende a harmonia entre os Poderes’ ao criticar Padilha, diz PT

O PT divulgou um texto que diz o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), “ofende a harmonia entre os Poderes da República” ao criticar Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais.

O partido afirmou que o Brasil “precisa de relações republicanas saudáveis”. “Ao atacar o ministro Alexandre Padilha, o deputado Arthur Lira compromete a liturgia do cargo de presidente da Câmara Federal”, diz nota do diretório nacional da legenda.

PT saiu em defesa de Padilha com elogios à “competência e capacidade” dele. “É inegável a competência e a capacidade do ministro Alexandre Padilha, tanto no atual governo quanto nas inúmeras oportunidades em que serviu aos interesses do povo brasileiro”, afirma o comunicado.

Em evento no Rio, o ministro disse que não vai “descer a esse nível”. “Quero repetir aqui. Eu tenho uma mãe alagoana arretada que diz: ‘se um não quer, dois não brigam’”, afirmou.“Vou seguir em frente e sem qualquer tipo de rancor. Quero repetir aqui essa produção da periferia da minha cidade de São Paulo, [do] Emicida. ‘Mano, rancor é igual tumor, envenena a raiz. Quando a plateia só deseja ser feliz’. O Brasil só deseja ser feliz.Alexandre Padilha, ministro das Relações Institucionais”

Lira subiu o tom nas críticas a ministro do governo Lula. Ele fez o comentário após ser questionado se o Congresso teria sofrido uma derrota política e se a votação no plenário que manteve a prisão de Chiquinho Brasão (sem partido-RJ) expôs uma fraqueza do presidente da Câmara.

Governo “plantou mentiras”. Lira ainda chamou de “lamentável que integrantes do governo interessados na instabilidade da relação harmônica entre os Poderes fiquem plantando essas mentiras”. “E depois, quando o Parlamento reage, acham ruim”.

Essa notícia nesta sexta-feira (12), que você está tentando verbalizar, porque os grandes jornais fizeram, foi vazada do governo e basicamente do ministro Padilha, que é um desafeto pessoal, além de incompetente. Folhapress

Startup STANDOUT expande para o México e mira na Colômbia e Chile

Em 2023, a STANDOUT deu um passo importante para a escalabilidade do negócio: iniciou a sua expansão para a América Latina, além de aumentar o portfólio de serviços. Hoje, a startup já atua no México e está mirando na Colômbia e Chile em um curto prazo. No Brasil, já aumentou a sua atuação no segmento Pet e de Casa e Construção, além de ampliar o negócio com novas linhas de produto.

A STANDOUT surgiu em 2016 como um farol de inovação no universo do comércio eletrônico. Seu propósito era transformar a maneira como as marcas interagem e se destacam nos e-commerces, levando o Trade Marketing para o mundo digital.

Na época, a fundadora Andrea Miranda via uma lacuna na execução das páginas de produto. As agências de publicidade produziam conteúdos ricos para a indústria, mas eles eram pesados, pouco responsivos e não se adequavam às necessidades técnicas do Varejo.

Também não atingiam os anseios dos consumidores, que buscavam por uma comunicação nas páginas de produto dos e-cmmerces para tomarem decisões. "As indústrias fazem trade marketing há anos, mas com a ampliação do share nos e-commerces faltava uma solução que pudesse levar o Trade Marketing para o Digital. E dessa necessidade nasce a STANDOUT", explica.

Ao recordar os desafios enfrentados ao fundar a STANDOUT em 2016, Andrea destaca que a jornada de uma startup nunca é fácil. "O que não foi difícil ao montar uma startup em 2016? No nosso caso, surgiram algumas dificuldades significativas", revela Miranda. Primeiramente, explicar o conceito inovador por trás da plataforma foi um desafio, já que não havia referências no mercado e a startup estava trilhando um caminho pioneiro.

Além disso, a martech enfrentou o dilema do "ovo ou da galinha", no qual os varejistas queriam saber quais indústrias já eram clientes da STANDOUT, enquanto as indústrias queriam saber quais eram os varejistas parceiros da startup. Para superar esse obstáculo, foi necessário realizar investimentos significativos, o que, por sua vez, levou a uma nova dificuldade: o acesso ao capital.

Startupi

Moove, startup de mobilidade africana, recebe aporte de US$ 100 milhões liderado pela Uber

A Moove, uma fintech de mobilidade africana que oferece financiamento de veículos para motoristas de aplicativos de transporte e entrega, recebeu US$ 100 milhões em uma rodada de investimento enquanto planeja expansão para novos mercados.

A Moove confirmou em uma postagem no LinkedIn que a Uber liderou a rodada de Série B, sendo o primeiro investimento da empresa o continente africano. A investida também incluiu o fundo Mubadala e vários outros investidores. Agora a Moove é avaliada em US$ 750 milhões.

Em agosto, a startup recebeu US$ 550 milhões em rodada liderada pela Mubadala. The Latest Ventures, AfricInvest, Palm Drive Capital, Triatlum Advisors e Future Africa, com sede em Dubai, também participaram da rodada de financiamento.

O financiamento é fundamental para a Moove enquanto ela se prepara para entrar em novos mercados. A empresa opera em 13 cidades em seis mercados, incluindo Nigéria, África do Sul, Gana, Reino Unido, Índia e Emirados Árabes Unidos. A Moove planeja usar o novo capital para expandir sua plataforma de financiamento de veículos baseada em receitas para 16 mercados até o final de 2025.

A startup adota uma abordagem dupla para financiamento de veículos. A fintech de mobilidade, criada há quatro anos, compra frotas de veículos, que depois vende aos motoristas por meio da plataforma. Seu software oferece financiamento aos motoristas por meio de um sistema de pontuação de crédito, permitindo que os motoristas comprem veículos novos para transporte, logística e entregas. Os veículos fornecidos aos clientes da Moove variam desde opções tradicionais, como Toyotas e Suzukis, até veículos elétricos (EVs), como Teslas.

Startupi

Asia Shipping anuncia aquisição de parte da startup catarinense Dati

A Asia Shipping, maior integradora digital de logística da América Latina e líder no comércio de importações de contêineres cheios da Ásia para a América do Sul, comemora seu aniversário de 28 anos com novos investimentos em tecnologia. A empresa acaba de adquirir parte da startup catarinense Dati, que conta com uma plataforma em nuvem com IA para simplificar e aprimorar as operações de Comex.

Com esta transação, cujo valor não é revelado, a Asia Shipping passa a oferecer, de maneira inovadora, uma plataforma digital completa, que automatiza a rotina na importação com uso de Inteligência Artificial abrangendo supply chain, desembaraço, logística internacional e logística nacional.

"Trata-se de um serviço diferente de tudo que existe no mercado e que promete transformar o setor globalmente, ao unir todas as informações necessárias em um único local. A automação de até 87% da importação com o uso de Inteligência Artificial trará mais eficiência e agilidade para nossos clientes", afirma Alexandre Pimenta, CEO da Asia Shipping.

Por meio da IA e do Machine Learning, a plataforma da Dati é capaz de gerir e se comunicar de forma autônoma com todo o ecossistema de importação e exportação agindo de maneira proativa e preventiva, a partir da análise de dados. A solução incorporada aos processos da Asia Shipping cuida, age, questiona, informa e toma decisões estratégicas para beneficiar os negócios dos clientes.

De acordo com Daniel Martins, CEO da Dati, a startup oferece uma plataforma abrangente de comércio exterior para importadores que se integra de forma completa ao ERP. O principal destaque dessa solução é a capacidade de automatizar quase todas as operações envolvidas no departamento de comércio exterior, cobrindo desde a emissão do Pedido de Compra (PO) até a geração da Nota Fiscal de entrada no estoque.

Lider

Publicidade Legal

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 08.588.838/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**65.687**	**8.653**
Caixa e equivalentes de caixa	8.343	3.267
Contas a receber	2.124	4.493
Imoveis a comercializar	54.919	–
Despesas antecipadas	209	854
Demais ativos	92	39
Não Circulante	**232.766**	**288.102**
Contas a receber	4.665	5.097
Despesas antecipadas	297	181
Demais ativos	13	13
Imoveis a comercializar	223.970	225.264
Propriedade para investimento	3.360	56.985
Imobilizado	461	562
Total do Ativo	**298.453**	**296.755**

Passivo e Patrimônio Líquido	31/12/2023	31/12/2022
Circulante	**40.124**	**24.082**
Empréstimos e financiamentos	21.849	21.875
Fornecedores	324	215
Obrigações tributárias	1.121	1.324
Tributos diferidos	309	668
Adiantamentos de clientes	5.943	–
Dividendos a pagar	10.578	–
Não Circulante	**26.169**	**48.054**
Empréstimos e financiamentos	25.491	47.314
Tributos diferidos	678	740
Patrimônio Líquido	**232.160**	**224.619**
Capital social	175.729	175.729
Adiantamento para futuro aumento de capital	2.500	–
Reservas de lucros e dividendos obrigatórios	53.931	48.890
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**298.453**	**296.755**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais)*

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Dividendos Obrigatórios Não Distribuídos	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**175.729**	–	**1.781**	**24.840**	–	–	**202.350**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.269	22.269
Destinação Proposta:							
- Dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	–	–	10.578	(10.578)	–
- Reserva Legal e retenção de lucros	–	–	1.113	10.578	–	(11.691)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**175.729**	–	**2.894**	**35.418**	**10.578**	–	**224.619**
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	–	2.500	–	–	–	–	2.500
Dividendos a pagar	–	–	–	–	(10.578)	–	(10.578)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	15.619	15.619
Destinação Proposta:							
- Dividendos obrigatórios não distribuídos	–	–	–	–	7.419	(7.419)	–
- Reserva Legal e retenção de lucros	–	–	781	7.419	–	(8.200)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**175.729**	**2.500**	**3.675**	**42.837**	**7.419**	–	**232.160**

Demonstração dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	31/12/2023	31/12/2022
Receita Líquida	**34.946**	**43.434**
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(7.323)	(6.600)
Depreciação e amortização	(101)	(97)
Amortização de comissão de aluguel	(424)	(422)
Outras receitas (despesas) operacionais	339	3.383
Lucro antes do resultado financeiro	**27.437**	**39.698**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(8.207)	(10.591)
Receitas financeiras	459	262
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**19.689**	**29.369**
Imposto de renda e contribuição social	(4.070)	(7.100)
Lucro líquido do exercício	**15.619**	**22.269**
Lucro por ação básico e diluído por ação (em reais)	**0,0876**	**0,1267**

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda	19.689	29.369
Depreciação e amortização	101	97
PIS e COFINS diferidos	(106)	343
Juros s/ empréstimos	8.204	10.589
	27.888	**40.398**
Variações nos ativos e passivos operacionais:	**4.741**	**(9.927)**
Caixa e equivalentes proveniente das atividades operacionais	**32.629**	**30.471**
Aumento (redução) em propriedades para Investimentos	–	(97)
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de investimentos	**–**	**(97)**
Aumento (redução) de empréstimos	(21.849)	(21.875)
Pagamento de juros de empréstimos	(8.204)	(10.589)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	2.500	–
Caixa e equivalentes aplicados nas atividades de financiamentos	**(27.553)**	**(32.464)**
Aumento (redução) dos saldos de caixa e equivalentes de caixa	**5.076**	**(2.090)**
Caixa e equivalentes de caixa:		
No início do exercício	3.267	5.357
No fim do exercício	8.343	3.267

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras *(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. ("Empresa" ou "Morumbi") foi constituída em 2 de janeiro de 2007, com o objetivo de deter participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; promover a administração de bens próprios, e realizar compra, venda, locação e administração de imóveis próprios. A sede da empresa está localizada na Av. Morumbi 7.395, Vila Cordeiro, São Paulo-SP. **Detalhes do empreendimento Torre Z:** A Torre Z é um empreendimento comercial, triple A, localizado na Avenida Dr. Chucri Zaidan, 296, Vila Olímpia, São Paulo-SP (antes registrado como Av. Morumbi, 7.395, conforme matrícula). O edifício possui 40.331 m² de área bruta locável (ABL) dividida entre 27 andares e 9 lojas. Em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente 80,7% da área total da Torre Z estava locada, para 17 locatários. **Detalhes do empreendimento Mandarim The Legend:** Mandarim The Legend é um empreendimento planejado para 263 unidades residenciais de 88 a 144m², 8 conjuntos comerciais e 1 loja fachada ativa, a ser desenvolvido em parte do imóvel localizado na Avenida Morumbi, 7.395 – Brooklin – São Paulo, referente à matrícula 228.515 devidamente registrada no 15º Registro de Imóveis da Cidade de São Paulo. O edifício será construído em área privativa total de 35.058,19m². O empreendimento imobiliário será desenvolvido pela incorporadora Cyrela Roraima Empreendimentos Imobiliários Ltda, através de incorporação por mandato firmado em 6 de novembro de 2019 pelas partes. A incorporadora assumiu a responsabilidade e condução dos projetos perante as autoridades competentes, com prazo de 48 meses para finalização contados da data de lançamento do empreendimento imobiliário que ocorreu no segundo semestre de 2023. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação:** As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 27 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeitos sobre estas demonstrações financeiras. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Principais políticas e práticas contábeis** – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** A Empresa classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias. **b. Estoque de imóveis:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor, e estão compostos por terrenos, custos de construção que são formados por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário, materiais, mão de obra aplicada e outros correlatos. Quando o custo de construção do imóvel exceder o fluxo de caixa esperado da sua operação de locação ou venda, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não fosse recuperável. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos balanços não excedem os respectivos valores líquidos de realização. A classificação de imóvel entre circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo de comercialização do imóvel. A Administração revisa periodicamente as estimativas de comercialização. **c. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. **d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*):** De acordo com o pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, a Empresa analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo pode estar registrado por valor superior ao seu valor de realização. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima os valores recuperáveis do ativo e caso o valor de realização (valor justo) seja inferior ao valor contábil, efetua o ajuste para refletir o valor de realização do ativo. Em 31 de dezembro de 2023, a administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. **e. Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de créditos bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **f. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixas e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar. A Empresa reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como "Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado" ou "Passivos financeiros ao custo amortizado". A Empresa apresenta apenas passivos financeiros ao custo amortizado. **g. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente são apresentados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **h. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo, quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido. As alíquotas desses impostos são de 15% para o imposto de renda, 10% de adicional de imposto de renda sobre o que ultrapassar R$ 240 no exercício e de 9% para a contribuição social. Em 2023 e 2022 a Empresa optou pelo regime de lucro presumido, desta forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas de locação e de 100% sobre receitas financeiras e dos ganhos realizados, sobre a qual aplicam-se as alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) e 9% referentes ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro, respectivamente. **i. Patrimônio líquido: Capital Social:** O aumento ou diminuição de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto Social da Empresa. **Resultado do exercício (Destinação):** O lucro líquido do exercício apurado, após as deduções de reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Empresa julgar necessárias para a sua segurança, terá a destinação que lhe for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. **j. Resultado:** Compreende despesas e receitas registradas pelo regime de competência. **k. Receitas de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear. As receitas de locação são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. A linearização das receitas tem por objetivo equalizar as receitas de locação durante o prazo de vigência do contrato, diluindo o impacto decorrente das carências financeiras concedidas.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	1	1
Bancos	67	26
Aplicações Financeiras	8.275	3.240
	8.343	**3.267**

5. Contas a receber de clientes	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber	1.365	2.609
Contas a receber diferido – linearização de contratos	5.424	7.080
Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	–	(99)
Total	**6.789**	**9.590**
Circulante	2.124	4.493
Não circulante	4.665	5.097

6. Estoque de imóveis

	31/12/2023	31/12/2022
Empreendimento Torre Z	223.970	223.970
Empreendimento Mandarim The Legend	54.919	1.294
	278.889	**225.264**
Circulante	54.919	–
Não Circulante	223.970	225.264

7. Propriedade para investimentos e imobilizado

Movimentação em 2023	Saldo inicial	Aquisições	Transferência	Depreciação	Saldo final
Propriedade para investimentos					
Terrenos (a)	56.985	–	(53.625)	–	3.360
Total de propriedades para investimentos	**56.985**	**–**	**(53.625)**	**–**	**3.360**
Imobilizado					
Equipamentos de Informática	13	–	–	(11)	2
Máquinas Ap. Equipamentos	167	–	–	(40)	127
Instalações e Benfeitorias	39	–	–	(5)	34
Móveis e Utensílios	343	–	–	(45)	298
Total de imobilizado	**562**	**–**	**–**	**(101)**	**461**
Total geral 2023	**57.547**	**–**	**(53.625)**	**(101)**	**3.821**
Total geral 2022	**57.547**	**97**	**–**	**(97)**	**57.547**

(a) A transferência ocorrida em 2023 diz respeito ao terreno do empreendimento Mandarim The Legend que foi reclassificado para a conta de estoque de imóveis, tendo em vista a mudança do objetivo da Empresa em relação ao uso da propriedade, conforme previsto no CPC 28.

8. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023	31/12/2022
Debêntures Bradesco (a)	47.653	69.647
Debêntures Bradesco – custos iniciais da transação	(313)	(458)
	47.340	**69.189**
Parcela circulante	21.849	21.875
Parcela não circulante	25.491	47.314

a) Debêntures: A Morumbi captou em 28 de fevereiro de 2020 o montante de R$ 132.000, por meio de emissão de 132.000.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única, espécie com garantia real, no valor unitário de R$ 1 (um real), com o objetivo de reperfilamento de passivo da Emissora, ou seja, liquidação antecipada do financiamento imobiliário contratado junto ao Banco Bradesco S.A. e reforço de capital de giro. O prazo de vencimento final das debêntures ocorrerá em 28 de fevereiro de 2026. O saldo do valor nominal unitário das debêntures, será pago em 72 parcelas mensais e consecutivas, todo dia 28 de cada mês, sendo o primeiro pagamento devido em 28 de março de 2020 e o último pagamento devido na data de vencimento das debêntures. As debêntures farão jus a juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% das taxas médias do DI, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidas de sobretaxa de 1,34% ao ano. A emissão das debêntures tem como garantias: a alienação fiduciária do imóvel Torre Z e cessão fiduciária de recebíveis da Empresa.

9. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 o capital social da Morumbi é de R$ 175.729, correspondente a 175.729.395 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal:

Acionista	Nº de mil ações	Valor nominal – em R$ mil	Porcentagem
VR Holdings.S.A.	87.864,5	87.864,5	50%
Triax Empreendimentos e Participações Ltda.	87.864,5	87.864,5	50%
	175.729	**175.729**	**100%**

10. Receita líquida	31/12/2023	31/12/2022
Receita de aluguel	37.923	45.278
Efeito de linearização dos contratos de locação	(1.656)	125
Impostos sobre receitas (PIS e COFINS)	(1.321)	(1.969)
Receita líquida	**34.946**	**43.434**

11. Despesas gerais, administrativas e comerciais

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas diversas	(1.301)	(424)
Despesas de condomínio	(3.045)	(2.434)
IPTU	(2.358)	(2.166)
Consultoria e honorários jurídicos	(718)	(1.576)
Reversão (provisão) de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa	99	–
	(7.323)	**(6.600)**

12. Resultado financeiro

Receita Financeira:	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicação financeira	187	262
Variações monetárias ativas	36	–
Outras receitas financeiras	236	–
Total de receitas financeiras	**459**	**262**
Despesas Financeiras:		
Juros sobre empréstimos	(8.204)	(10.589)
Outras despesas financeiras	(3)	(2)
Total de despesas financeiras	**(8.207)**	**(10.591)**
Resultado Financeiro	**(7.748)**	**(10.329)**

A Diretoria

Ademar Ripke Júnior – Contador TC CRC 1SP 217.934/O-2

Publicidade Legal

Rec Guarulhos S.A.

CNPJ/MF nº 08.730.884/0001-41

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4.361	8.489
Contas a receber	17.850	18.469
Impostos e contribuições a compensar	258	289
Despesas antecipadas	286	443
Outros ativos circulantes	1.000	553
Total dos ativos circulantes	23.755	28.243
Não Circulante		
Contas a receber	16.944	19.552
Despesas antecipadas	660	488
Depósitos judiciais	37	56
Impostos diferidos ativos	1.686	1.906
Propriedades para investimentos	1.009.694	1.028.845
Imobilizado	6	9
Total dos ativos não circulantes	1.029.027	1.050.856
Total dos ativo	**1.052.782**	**1.079.099**

Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**
Circulante		
Empréstimos e financiamentos	155.443	55.050
Contas a pagar	2.547	2.707
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	46.344	53.326
Adiantamento de clientes	105	–
Obrigações fiscais	980	886
Outros passivos circulantes	2.569	4.439
Total dos passivos circulantes	207.988	116.408
Não Circulante		
Empréstimos e financiamentos	338.026	494.522
Impostos diferidos passivos	45.632	41.650
Provisão para contingências	208	327
Total dos passivos não circulantes	383.866	536.499
Patrimônio líquido		
Capital social	389.601	362.580
Reserva de lucros	57.909	51.733
Reserva legal	13.418	11.879
Total do patrimônio líquido	460.928	426.192
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.052.782**	**1.079.099**

Demonstrações dos Resultados – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Receita Líquida	134.943	130.816
Custo dos serviços prestados	(21.975)	(21.975)
Lucro bruto	112.968	108.841
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(6.930)	(6.133)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	106.038	102.708
Resultado Financeiro		
Despesas financeiras	(72.552)	(76.358)
Receitas financeiras	1.534	1.592
Resultado financeiro líquido	(71.018)	(74.766)
Lucro operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	35.020	27.942
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	–	(337)
Diferido	(4.245)	(4.141)
Lucro líquido do exercício	**30.775**	**23.464**
Lucro por ação – R$ – Básico e diluído	0,06	0,05

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Capital social		Reservas de lucros		Lucros/Prejuízos	
	Subscrito	**A integralizar**	**Reserva Legal**	**Reserva de lucros**	**acumulados**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	378.952	(34.573)	10.706	50.223	–	405.308
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	23.464	23.464
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	–	1.173	–	(1.173)	–
Dividendos	–	–	–	–	(5.573)	(5.573)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(15.208)	(15.208)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	1.510	(1.510)	–
Aumento de capital	100.000	(100.000)	–	–	–	–
Integralização de capital	–	18.201	–	–	–	18.201
Saldos em 31 de dezembro de 2022	478.952	(116.372)	11.879	51.733	–	426.192
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	30.775	30.775
Destinação do lucro:						
Reserva legal	–	–	1.539	–	(1.539)	–
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	(23.060)	(23.060)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	6.176	(6.176)	–
Integralização de capital	–	27.021	–	–	–	27.021
Saldos em 31 de dezembro de 2023	478.952	(89.351)	13.418	57.909	–	460.928

Demonstrações dos Resultados Abrangentes – Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	30.775	23.464
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	**30.775**	**23.464**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método indireto Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	35.020	27.942
Ajustes para reconciliar o lucro antes do impostos de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Juros e encargos financeiros líquidos	70.747	74.511
Depreciação e amortização	21.978	21.980
Custo de transação amortizado	1.180	1.181
Atualização de depósito judicial	(2)	(3)
(Reversão) Provisão de contingência	(119)	80
(Reversão) Provisão para devedores duvidosos	(86)	329
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	3.313	(67)
Impostos e contribuições a compensar	31	26
Impostos Diferidos Pis e Cofins	(43)	(43)
Despesas antecipadas	(15)	209
Depósito judicial	21	–
Outros ativos circulantes	(447)	(43)
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(160)	(416)
Adiantamento de clientes	105	–
Obrigações fiscais	94	41
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	(361)
Outros passivos circulantes	(1.870)	1.052
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	129.747	126.418
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições as propriedades para investimentos	(2.824)	(3.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(2.824)	(3.061)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal de empréstimos	(22.689)	(55.190)
Pagamento de juros de empréstimos	(105.341)	(73.158)
Dividendos e JCP Pagos	(30.042)	(18.002)
Integralização de capital social	27.021	18.201
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(131.051)	(128.149)
Aumento (Redução) Líquido(a)de caixa e equivalentes de caixa	**(4.128)**	**(4.792)**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	8.489	13.281
No fim do exercício	4.361	8.489
Aumento (Redução) Líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(4.128)**	**(4.792)**

A Diretoria
Leonardo Fonseca de Campos – Contador – CRC 1SP 303.190/O-9

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

REC Guarulhos II S.A.

CNPJ/MF nº 24.312.932/0001-38

Balanços Patrimoniais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Ativo	**2023**	**2022**
Circulantes		
Caixa e equivalentes de caixa	1.326	2.570
Contas a receber	10.216	5.592
Impostos e contribuições a compensar	16	770
Contas a receber – partes relacionadas	343	–
Total dos ativos circulantes	11.901	8.932
Não circulantes		
Contas a receber	41.299	14.986
Contas a receber – consórcio	271	–
Impostos diferidos ativos	92.600	74.984
Propriedades para investimentos	1.080.837	954.800
Total dos ativos não circulantes	1.215.007	1.044.770
Total dos ativos	**1.226.908**	**1.053.702**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulantes		
Contas a pagar	8.333	33.663
Empréstimos e financiamentos	140.947	82.085
Contas a pagar – partes relacionadas	67	–
Obrigações fiscais	837	1.183
Adiantamento de clientes	1.035	1.987
Outros passivos circulantes	156	5
Total dos passivos circulantes	151.375	118.923
Não circulantes		
Impostos diferidos passivo	29.695	25.053
Empréstimos e financiamentos	600.867	743.022
Total dos passivos não circulantes	630.562	768.075
Patrimônio líquido		
Capital social	868.394	564.865
(-) Ações em tesouraria	(301.177)	(301.177)
Prejuízos acumulados	(122.246)	(96.984)
Total do patrimônio líquido	444.971	166.704
Total dos passivos e patrimônio líquido	**1.226.908**	**1.053.702**

Demonstrações de Resultados – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	**2022**
Receita Líquida	75.687	40.779
Custos de Serviços Prestados	(12.429)	(9.890)
Lucro Bruto	63.258	30.889
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(7.413)	(9.171)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	55.845	21.718
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(94.471)	(100.699)
Receitas financeiras	390	2.266
Resultado financeiro líquido	(94.081)	(98.433)
Prejuízo operacional e antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.236)	(76.715)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	12.974	26.063
Prejuízo do exercício	(25.262)	(50.652)
Prejuízo por ação – R$	0,0308	0,1043

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 20212 *(Em milhares de Reais – R$)*

	Capital social		Reserva de Capital				
	Subscrito	**A integralizar**	**Subscrito**	**A integralizar**	**(-)Ações em Tesouraria**	**Prejuízo do exercício**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	251.178	–	129.117	(98.184)	–	(46.332)	235.779
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(50.652)	(50.652)
Integralização de reserva de capital	–	–	–	32.776	–	–	32.776
Aumento de capital social	200.000	(200.000)	–	–	–	–	–
Aumento de capital social – Ações em tesouraria	301.177	–	–	–	(301.177)	–	–
Aumento de capital social – Transferencia da reserva	129.117	(65.408)	(129.117)	65.408	–	–	–
Integralização de capital social	–	107.599	–	–	–	–	107.599
Cisão parcial	(158.798)	–	–	–	–	–	(158.798)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	722.674	(157.809)	–	–	(301.177)	(96.984)	166.704
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(25.262)	(25.262)
Aumento de capital social	180.000	(180.000)	–	–	–	–	–
Integralização de capital social	–	303.529	–	–	–	–	303.529
Saldos em 31 de dezembro de 2023	902.674	(34.280)	–	–	(301.177)	(122.246)	444.971

Demonstrações de Resultados Abrangentes – Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

	2023	**2022**
Prejuízo do exercício	(25.262)	(50.652)
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente total do exercício	(25.262)	(50.652)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método indireto Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais – R$)*

Fluxo de caixa das atividades operacionais	**2023**	**2022**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(38.236)	(76.715)
Juros e encargos financeiros líquidos	117.475	114.494
Depreciação e amortização	12.429	10.292
Custo de transação amortizado	652	670
Provisão (reversão) para devedores duvidosos	12	(129)
Variação nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(30.949)	(8.725)
Contas a receber – consórcio	(271)	–
Impostos e contribuições a compensar	754	(194)
Outros ativos circulantes	–	827
Variação nos passivos operacionais:		
Contas a pagar	(22.936)	24.373
Adiantamento de clientes	(952)	1.987
Obrigações fiscais	(346)	645
Outros passivos circulantes	151	5
Caixa liquido gerado pelas atividades operacionais	37.783	67.530
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Baixas as propriedades para investimentos	–	6.119
Adições as propriedades para investimentos	(140.860)	(196.711)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(140.860)	(190.592)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de principal de empréstimos	(82.339)	–
Pagamento de juros de empréstimos	(119.081)	(71.991)
Custo de transação – aquisição	–	(158)
Integralização de capital social	303.529	107.599
Integralização de reserva de capital	–	32.776
Contas a pagar – partes relacionadas	(276)	(10)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	101.833	68.216
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.244)	(54.846)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	2.570	57.416
No final do exercício	1.326	2.570
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(1.244)	(54.846)

A Diretoria
Leonardo Fonseca de Campos – Contador – CRC 1SP 303.190/O-9

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas das Notas Explicativas estão à disposição dos Srs. Acionistas na sede da Companhia.

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,1358 / R$ 5,1364 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,1192 / R$ 5,1212 *
Turismo - R$ 5,1579 / R$ 5,3379
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: +0,61

B3 (Ibovespa)
Variação: -1,13%
Pontos: 125.946
Volume financeiro: R$ 23,675 bilhões
Maiores altas: PetroRio ON (2,13%), Cielo ON (1,30%) e Eletrobras (0,46%)
Maiores baixas: Azul PN (10,07-%), MRV ON (-6,19%), Eztec ON (-5,76%)
S&P 500 (Nova York): -1,46%
Dow Jones (Nova York): -1,24%
Nasdaq (Nova York): -1,62%
CAC 40 (Paris): -0,16%
Dax 30 (Frankfurt): -0,13%
Financial 100 (Londres): 0,91%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,21%
Hang Seng (Hong Kong): -2,18%
Shanghai Composite (Xangai): -0,49%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,81%
Merval (Buenos Aires): -1,17%

IPC (México): -0,47%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Junho 2023: -0,08%
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%

Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.

CNPJ/MF nº 20.280.037/0001-28

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais – R$)*

Ativos	Nota	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	112	7
Títulos e valores mobiliários	5.1	1.225	1.564
Impostos a recuperar		2	–
Imposto de renda e contribuição social		7	6
Créditos com partes relacionadas	8	–	10
Dividendos a receber		435	435
Total do ativo circulante		**1.781**	**2.022**
Impostos a recuperar		6	–
Investimentos	6	315.533	546.305
Total do ativo não circulante		**315.539**	**546.305**
Total ativo		**317.320**	**548.327**

Passivos e Patrimônio Líquido	Nota	2020	2019
Fornecedores	7	–	8
Partes relacionadas	8	–	222
Dividendos a pagar		611	611
Outras contas a pagar		10	11
Total do passivo circulante		**621**	**852**
P artes relacionadas	8	45.000	45.000
Total do passivo não circulante		**45.000**	**45.000**
Patrimônio líquido			
Capital social	9	496.971	496.971
Adiantamento para futuro aumento de capital		16.018	16.018
Reservas de lucro		–	–
Outros resultados abrangentes		–	–
Prejuízos acumulados		(241.290)	(10.514)
Total do patrimônio líquido		**271.699**	**502.475**
Total passivo e patrimônio líquido		**317.320**	**548.327**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais – R$)*

	Capital Social e Reservas de lucros						
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva Legal	Reserva de lucros	Prejuízos acumulados	Ajuste de instrumentos financeiros não derivativos	Total
Saldos em 1º de janeiro 2019	**496.971**	**15.438**	**3.214**	**60.451**	**–**	**(68.884)**	**507.190**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	580	–	–	–	–	580
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(11.684)	–	(11.684)
Movimentação reserva legal	–	–	(3.214)	–	3.214	–	–
Movimentação reserva de lucros	–	–	–	(60.451)	60.451	–	–
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–	(62.494)	68.884	(6.390)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**496.971**	**16.018**	**–**	**–**	**(10.514)**	**–**	**502.475**
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	(230.776)	–	(230.776)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**496.971**	**16.018**	**–**	**–**	**(241.290)**	**–**	**271.699**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais – R$, exceto o resultado por ação)

Despesas Operacionais	Nota	2020	2019
Gerais e administrativas	11	(39)	(128)
Resultado de equivalência patrimonial		(230.772)	(11.572)
Outras receitas	11	–	1
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(230.811)**	**(11.698)**
Receitas financeiras	12	35	15
Despesas financeiras	12	–	(1)
Resultado financeiro	**12**	**35**	**14**
Resultado operacional e antes do imposto de renda e contribuição social		**(230.776)**	**(11.684)**
Prejuízo do exercício		**(230.776)**	**(11.684)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado abrangente Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais – R$)*

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(230.776)	(11.684)
Resultado abrangente total do exercício	**(230.776)**	**(11.684)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do Fluxo de Caixa Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro *(Em milhares de Reais – R$)*

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(230.776)	(11.684)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	230.772	11.572
Rendimento de aplicações financeiras	(37)	–
	(41)	**(128)**
Aumento (redução) nos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(1)	(2)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(8)	(5)
Outras contas a pagar	(1)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2)	–
Caixa líquido (aplicados) nas atividades operacionais	**(53)**	**(135)**
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de controlada, líquido do caixa	–	(43.905)
Mútuo recebido entre partes relacionadas	10	–
Títulos e valores mobiliários (aplicação)	(10)	(1.574)
Títulos e valores mobiliários (resgate)	381	–
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	**381**	**(45.454)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	580
Mútuo concedido entre partes relacionadas	–	45.000
Outras contas a pagar com partes relacionadas	(222)	–
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamento	**(222)**	**45.580**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**105**	**(9)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	16
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	112	7
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**105**	**(9)**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2014 e tem sua sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 7º andar – Pinheiros, tendo por objetivo principal a participação no capital de outras Companhias. Em 31 de agosto de 2015, a razão social da Companhia foi alterada para Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A. ("Companhia" ou "HBNH"). **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras – a) Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 09 de abril de 2024. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. ***Mensuração do valor justo:*** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. Os dados não observáveis significativos são revisados regularmente, bem como os ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações ("inputs") utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 – Instrumentos financeiros não derivativos. **d) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **3. Principais políticas contábeis** – As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados. **a) Mudança nas políticas contábeis:** A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **b) Investimentos em controladas:** Em 1º de janeiro de 2019 as empresas Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidrovias do Brasil Adm Portuária de Santos foram incorporadas pela Companhia. Com este movimento, que faz parte da estratégia da Companhia para otimizar sua estrutura societária, as empresas Hidrovias do Brasil Vila do Conde S.A. e Hidrovias do Brasil Adm Portuária de Santos, se tornaram controladas pela Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A. As demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através d. O controle é obtido quando a Companhia: • Tem poder sobre a investida. • Está exposta, ou tem direito, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida. • Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. As Companhias investidas são:

	Participação – %	
	2020	2019
Controladas diretas		
Hidrovias do Brasil – Vila do Conde S.A.	100,00	100,00
Hidrovias do Brasil – Adm Portuária de Santos	100,00	100,00

Investimentos em entidades contabilizados pelo método de equivalência patrimonial: Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas. **c) Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado. As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido. **d) Instrumentos financeiros e de patrimônio: Reconhecimento e mensuração inicial:** Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA (Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes) – instrumento patrimonial; ou ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado): • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes (ORA). Essa escolha é feita investimento por investimento. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros – Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros: Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). *Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio:* O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros, caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. *Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. ***Desreconhecimento:*** *Ativos financeiros:* A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. *Passivos financeiros:* A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Capital social – Ações ordinárias:*** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como redução do patrimônio líquido. **e) Receitas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. **f) Imposto de renda e contribuição social:** Na controladora, os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 mil para o imposto de renda, e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo tributável; e diferenças relacionadas a investimentos em controladas e entidades controladas quando for provável que elas não revertam em um futuro previsível. Além disso, o imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação, estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. **g) Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adota essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Definição de um negócio (alterações ao CPC 15). • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23)

4. Caixa e equivalentes de caixa	2020	2019
Conta Corrente – Nacional	112	7
Total	**112**	**7**

5. Aplicações financeiras – 5.1. Títulos e valores mobiliários

	2020	2019
Fundo Itaú PP Portfólio (a)	1.225	1.564
Total	**1.225**	**1.564**

(a) Aplicações financeiras que representam investimentos no Fundo Itaú PP Portfólio, referenciado na variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com remuneração média de 89,49% do CDI em 31 de dezembro de 2020 (98,67% em 31 de dezembro de 2019). A carteira do fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. Investimentos – A Companhia detém participações societárias em controladas, conforme segue:

	2019		2020	
	% de participação	Saldo inicial dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo final dos investimentos
HB Vila do Conde	100%	502.468	(215.312)	287.156
HB Adm Portuária Santos	100%	43.837	(15.460)	28.377
Total		**546.305**	**(230.772)**	**315.533**

	2018						2019
	% de participação	Saldo inicial dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Reconhecimento inicial	Baixa	Incorporação	Saldo final dos investimentos
HB Navegação Norte	100%	185.714	–	–	(185.714)	–	–
HB Miritituba	100%	68.142	–	–	(68.142)	–	–
HB Vila do Conde	100%	253.726	(5.114)	–	–	253.856	502.468
HB Adm Portuária	100%	–	(68)	43.905	–	–	43.837
Total		**507.582**	**(5.182)**	**43.905**	**(253.856)**	**253.856**	**546.305**

As principais informações sobre as controladas são apresentadas a seguir:

	2020		2019	
Balanço Patrimonial	HB Vila do Conde	HB Adm Portuária Santos	HB Vila do Conde	HB Adm Portuária Santos
Ativo				
Circulante	375.971	66.173	393.883	46.611
Não circulante	1.715.697	250.142	1.485.276	235
Total	**2.091.668**	**316.315**	**1.879.159**	**46.846**
Passivo				
Circulante	205.451	105.964	181.029	3.009
Não circulante	1.599.061	181.974	1.195.662	–
Patrimônio líquido	287.156	28.377	502.468	43.837
Total	**2.091.668**	**316.315**	**1.879.159**	**46.846**
Prejuízo do exercício	(215.312)	(15.460)	(6.014)	(68)
Receita	834.551	39.761	415.056	–

7. Fornecedores	2020	2019
Fornecedores nacionais	–	8
Total	**–**	**8**

8. Partes relacionadas – Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores, entidades sob controle comum ou influência significativa:

	Ativos		Passivos	
	2020	2019	2020	2019
Hidrovias do Brasil S.A. (1)	–	–	–	(222)
Vila do Conde S.A. (2)	–	10	(45.000)	(45.000)
Total	**–**	**10**	**(45.000)**	**(45.222)**
Circulante	–	10	–	(222)
Não Circulante	–	–	(45.000)	(45.000)

(1) Referem-se as despesas operacionais junto a Companhia Hidrovias do Brasil S.A.; (2) Refere-se a concessão de mútuo pela controlada direta Vila do Conde S.A., no qual não há pagamento de juros. **9. Capital Social** – Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é de R$ 496.971 (R$ 496.971 em 31 de dezembro 2019), representado por 496.971.849 (496.971.849 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A composição acionária em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está detalhada a seguir:

	2020		2019	
Acionistas	Ações ordinárias	%	Ações ordinárias	%
Hidrovias do Brasil S.A.	496.971.849	100	496.971.849	100
Total	**496.971.849**	**100**	**496.971.849**	**100**

10. Instrumentos Financeiros – 10.1. Instrumentos financeiros por categoria: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme segue:

Ativos		2020	2019
Valor justo por meio do resultado:			
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	112	7
Títulos e valores mobiliários	Nível 2	1.225	1.564
Custo amortizado			
Créditos com partes relacionadas	Nível 2	–	10
Passivos			
Passivo pelo custo amortizado:			
Fornecedores	Nível 2	–	8
Contas a pagar com partes relacionadas	Nível 2	45.000	45.222
Outras contas a pagar	Nível 2	10	11
Valor justo por meio do resultado			

10.2. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores de mercado: Os instrumentos financeiros da Companhia, com exceção dos derivativos, são classificados como valor justo por meio do resultado e por custo amortizado, o passivo pelo custo amortizado, e são substancialmente remunerados por taxas de mercado. Os valores justos desses instrumentos financeiros aproximam-se dos valores contábeis em 31 de dezembro de 2020. **10.3. Gerenciamento de risco:** Gerenciamento de risco financeiro: *Visão geral:* Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas e taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Administração, que atua ativamente na gestão operacional. A Companhia tem como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora; essa prática tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Alta Administração são: • Risco de crédito. • Risco de liquidez. • Risco de taxa de juros. Estrutura de gerenciamento de risco: *Risco de crédito:* É o risco de a Companhia de sofrerem prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados por aplicações financeiras. De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões

continua ...

Publicidade Legal

... continuação

Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A.

internas realizadas pela controladora final para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e adequações das estratégias estabelecidas, visando manter os resultados esperados. O valor contábil do instrumento financeiro que representa exposição máxima ao risco de crédito nas datas das demonstrações financeiras é:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	112	7
Títulos e valores mobiliários	1.225	1.564

Risco de liquidez: É o risco de que a Companhia possui de eventualmente encontrar dificuldades em cumprir obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem no gerenciamento do risco de liquidez é garantir o pagamento das obrigações, motivo pelo qual há o objetivo de manter disponibilidade em caixa para cumprimento das obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou o risco de prejudicar a reputação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2020 não houve saldo de passivos financeiros. *Risco de taxa de juros:* O valor contábil dos ativos financeiros que representam a exposição máxima ao risco de taxas de juros na data das demonstrações financeiras foi:

	2020	2019
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	112	7
Títulos e valores mobiliários	1.225	1.564

Análise de sensibilidade

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação da taxa e câmbio e de juros, conforme demonstrado a seguir. *Variação das taxas de juros:* O cálculo da sensibilidade foi baseado nos indexadores contratuais seja aplicações financeiras ou dívida aos quais a Companhia estava exposta na data-base 31 de dezembro de 2020, e foram definidos três cenários diferentes. A Companhia preparou três cenários de análise de sensibilidade. O cenário I considera as taxas de juros futuros observadas na data base das demonstrações financeiras e os cenários II e III consideram uma apreciação de 25% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

Instrumentos financeiros	Risco	Taxa estimada	Total	I	II	III
					25%	50%
Títulos e valores mobiliários	CDI	1,90%	1.225	1.248	1.560	1.872

10.4. Gestão de capital: A política da Administração da Companhia é manter uma sólida estrutura de capital para manter a confiança dos investidores, credores e clientes de mercado, mantendo o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração da Companhia procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de alavancagem financeira (empréstimos) e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital equilibrada. A dívida da Companhia para a relação do patrimônio líquido final de 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é apresentada a seguir:

	2020	2019
Total dos passivos circulante e não circulante	(45.621)	(45.852)
Caixa e equivalentes de caixa	112	7
Títulos e valores mobiliários	1.225	1.564
Insuficiência líquida de caixa	**(44.284)**	**(44.281)**
Patrimônio líquido	271.699	502.475
Relação entre patrimônio e a (Insuficiência) sobre líquida de caixa	**(614%)**	**(1.134%)**

11. Despesas gerais e administrativas	**2020**	**2019**
Seguros	–	(79)
Serviços de terceiros	(39)	(49)
Outras receitas	–	1
Total	**(39)**	**(127)**
Classificados como:		
Gerais e administrativas	(39)	(128)
Outras receitas	–	1
Total	**(39)**	**(127)**

12. Resultado financeiro	**2020**	**2019**
Receitas:		
Rendas de aplicações financeiras	35	16
(-) Pis e Cofins s/ Receita Financeira	(2)	(1)
Outras	2	–
Total	**35**	**15**
Despesas:		
Outras	–	(1)
Total	**–**	**(1)**
Resultado financeiro líquido	**35**	**14**

13. Imposto de renda e contribuição social – A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R$240 mil, no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Em 2018 a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da SUDAM, que proporciona a redução de 75% de IRPJ através do Lucro da Exploração, ao qual apresentou Lucro Contábil e, consequentemente, a possibilidade de se beneficiar da Subvenção Governamental. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de IRPJ e CSLL correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda, com relação às situações em que a regulamentação fiscal abre margem para interpretações. A Companhia estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante, de acordo com a previsão de realização.

	2020	2019
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	(230.776)	(5.295)
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL à Aliquota Nominal	**78.464**	**1.800**
Ajustes Permanentes:		
Equivalência patrimonial	(78.462)	(1.762)
Imposto diferido s/ diferenças temporárias e prejuízos fiscais não reconhecidos	(2)	(38)
Imposto de Renda e Contribuição Social	**–**	**–**
Impostos correntes	–	–
Impostos diferidos	–	–
Alíquota efetiva	**0%**	**0%**

A Hidrovias do Brasil Holding Norte S.A. acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação ao período objeto desta demonstração financeira, em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. **14. Eventos Subsequentes** – Logística de Sal: A sua subsidiária Vila do Conde S.A. vinha realizando iniciativas para viabilizar potencial operação de logística de sal no Rio Grande do Norte, em razão da negativa da ANTAQ quanto ao registro de instalação flutuante fundeada para tal operação, que alegou que, segundo decisão proferida, essa operação retiraria competitividade do terminal público que seria objeto de leilão durante o ano de 2022. Naquela oportunidade, a Companhia recorreu administrativamente e, sem reverter tal decisão, esgotada a esfera administrativa, ingressou com ação judicial com pedido liminar para obtenção de referido registro, a qual também teve seu pedido negado. Diante de tal óbice regulatório intransponível para referida operação, sem solução também na esfera judicial, em 2023 a Companhia assimilou a inviabilidade de realizar a operação de logística de sal no Rio Grande do Norte nos modelos inicialmente pensados. Nesse contexto, restou evidente para a Companhia o direcionamento de seus esforços e recursos para futuros e potenciais projetos com condições mais atrativas de retorno. Dessa forma, diante das diferentes oportunidades presentes em sua operação e no mercado, a Companhia estuda a melhor forma de utilizar o ativo customizado e que seria direcionado para referida operação como "porto flutuante", denominado, HB Potiguar. Aumento de Capital: Conforme definido em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de agosto de 2022, foi autorizado o aumento do capital social da Holding Norte S.A. em R$ 450 mil (quatrocentos e cinquenta milhões de reais), totalmente integralizado por sua única acionista Hidrovias do Brasil S.A.

Fabio Abreu Schettino – Diretor Presidente | **Tiago Raphael de Carvalho** – Diretor de Operações | **Felipe Nezio de Castro** – Contador CRC 1SP 324.785/O-3

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. – São Paulo, SP

Opinião com ressalva: Examinamos as demonstrações financeiras da Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hidrovias do Brasil – Holding Norte S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme descrito na nota explicativa nº 6 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 apresenta investimento na HB Vila do Conde no montante de R$ 287.156 mil. Sobre esse investimento e as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019, não foi reconhecido os custos de empréstimos que eram diretamente atribuíveis à construção do ativo qualificável, conforme requerido pelo CPC 20 – Custos de empréstimos. Os montantes relacionados foram ajustados em contrapartida do resultado do exercício corrente na investida, sem aplicar a retificação dos valores correspondentes conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Em consequência do assunto apresentado acima, o saldo da equivalência patrimonial no resultado do exercício da Controladora está a maior em R$19.206 mil, líquidos dos respectivos efeitos tributários. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de abril de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 014.428/O-6

André Fonseca da Rocha
Contador CRC 1SP 265.531/O-8

DM Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 91.669.747/0001-92 - Companhia Aberta

Assembleia Geral Ordinária Edital de Convocação

Convocamos os Srs. acionistas da **DM Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento** ("Companhia") a se reunirem em AGO, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 30/04/2024, às 10h, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams, podendo os acionistas participarem e votarem pela referida plataforma. **Ordem do dia**: **1 -** Tomar as contas dos administradores da Companhia; **2 -** Examinar e votar o Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da companhia, todos relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **3 -** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31/12/2023; **4 -** Ratificar a remuneração global anual dos Administradores para o exercício de 2024 e a sua alocação individual, aprovada na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 05/02/2024. **Informações Gerais: I) Participação dos acionistas na AGO**. Os acionistas poderão participar da AGO: (i) pessoalmente, ou (ii) por meio de procurador devidamente constituído. Aos Acionistas que decidirem participar e votar na AGO através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de Relações com Investidores. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e (iii) quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 05 dias úteis antes da AGO e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGO. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGO. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGO, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGO, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. **II) Documentos à disposição dos acionistas.** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGO, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia e nas páginas (https://www.vocedmfinanceira.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) na rede mundial de computadores, em conformidade com as disposições da Lei das S.A., e da Resolução CVM n° 81, de 29/03/2022, ("Resolução CVM 81"). O Relatório da Administração, Balanço Patrimonial, demais demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório do Auditor Independente da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, foram publicadas em 28/03/2024, no Jornal Data Mercantil. **III) Participação via Boletim de Voto à Distância:** A Companhia adotará o sistema de votação a distância de forma que os acionistas poderão alternativamente participar da AGO mediante o envio do boletim de voto a distância conforme modelos, nos termos indicados na Proposta de Administração disponibilizada nos sites da CVM (www.cvm.gov.br) e da Companhia (https://www.vocedmfinanceira.com.br), i) por meio de seus respectivos agentes de custodia, (ii) via a instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, ou, (iii) diretamente à Companhia. São José dos Campos, 02/04/2024. **Carlos Antonio Tamaki,** Presidente do Conselho de Administração. Autorizada a publicação deste Edital no Jornal Data Mercantil, nas edições dos dias 02, 15 e 16 de abril. **Tharik Camocardi de Moura –** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (02, 15 e 16/04/2024)

DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 91.669.747/0001-92 - NIRE 35.30.06.13.41-4

Assembleia Geral Extraordinária Edital de Convocação

Convocamos os Srs. acionistas da **DM Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento** ("Companhia"), a se reunirem em AGE, a ser realizada, em 1ª convocação, no dia 23/04/2024, 09hs, de modo exclusivamente digital por meio da plataforma Microsoft Teams. **Ordem do Dia**: **(i)** Homologação do Aumento do capital social, conforme aprovado na AGE de 21/03/2024. **(ii)** Alteração do Art. 5º do Estatuto Social; **(iii)** Consolidação do Estatuto Social; **(iv)** autorização para a administração a praticar todos os atos necessários à implementação do Aumento de Capital. **Informações Gerais**: **(i)** Os documentos relativos às matérias a serem discutidas na AGE, poderão ser solicitados à Companhia, através do e-mail controladoria@vocedm.com.br; **(ii)** A AGE será instalada, nesta 1ª convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto; e **(iii)** Os acionistas poderão participar da AGE, em primeira convocação, de forma exclusivamente digital, nos termos descritos abaixo. **Manual de Participação:** Os acionistas poderão participar da AGE: **(i)** pessoalmente; ou **(ii)** por meio de procurador devidamente constituído. Aos acionistas que decidirem participar e votar na AGE através da plataforma Microsoft Teams, solicita-se o envio de solicitação à Companhia, juntamente com a documentação de comprovação de sua qualidade como acionista, através do e-mail dmfinanceira@vocedm.com.br, aos cuidados da Diretoria de RI. A comprovação da condição de acionista deverá ocorrer, mediante a apresentação de: **(i)** documento de identidade com foto; **(ii)** instrumento de mandato para representação do acionista por procurador; e **(iii)** quando necessário, comprovante da instituição prestadora dos serviços de ações escriturais ou da instituição custodiante, emitido, pelo menos, 5 dias úteis antes da AGE e depositado na sede da Companhia e/ou enviado digitalizado, no máximo, 2 dias úteis antes da AGE. A Companhia esclarece que os acionistas deverão depositar os respectivos documentos mencionados na sede da Companhia, em até 2 dias úteis antes da data de realização da AGE. Caso o acionista não tenha depositado o instrumento de mandato e os documentos de representação no prazo estabelecido, seus representantes ou procuradores poderão participar da AGE, desde que apresentem, até a data de sua realização, os originais dos documentos comprobatórios de seus poderes. Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na AGE, a Companhia enviará, ao endereço de e-mail indicado pelo acionista, o link e as instruções de acesso à plataforma aos acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores. Referidas informações serão pessoais e intransferíveis, e não poderão ser compartilhadas sob pena de responsabilização. São José dos Campos, 02/04/2024. **Carlos Antonio Tamaki,** Presidente do Conselho de Administração. Autorizada a publicação deste Edital no Jornal Data Mercantil, nas edições dos dias 02, 15 e 16/04/2024. **Tharik Camocardi de Moura,** Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. (02, 15 e 16/04/2024)

BA Mata Atlântica Ltda.

CNPJ/MF nº 51.815.343/0001-45 – NIRE 35.261.975.411

Resolução da Sócia Única

Por este instrumento, **Carbon Solutions Fund LP**, CNPJ/MF nº 51.471.065/0001-56, única sócia desta sociedade ("Sociedade"), **Resolve**: **aprovar** a redução do capital social, excessivo às necessidades da Sociedade, de R$ 21.320.009,00, para R$ 20.389.324,00, mediante a extinção de 930.685 quotas, e a restituição à sócia única da quantia correspondente; **consignar** que a redução só será efetivada após o prazo legal de 90 dias para a manifestação dos credores, contado das publicações exigidas por lei; e **autorizar** o Diretor e/ou procuradores a tomarem todas as providências necessárias à formalização das resoluções acima. São Paulo, 20/12/2023. p.p. **Carbon Solutions Fund LP** Leonardo Luis do Carmo.

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4722
Dólar (EUA) - 5,1364
Franco (Suíça) - 5,6326
Iene (Japão) - 0,03354
Libra (Inglaterra) - 6,3984
Peso (Argentina) - 0,005928
Peso (Chile) - 0,005312
Peso (México) - 0,3082
Peso (Uruguai) - 0,1329
Yuan (China) - 0,7097
Rublo (Rússia) - 0,05506
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,4698

Publicidade Legal

Movecta S.A.

CNPJ/MF nº 58.317.751/0001-16 - NIRE 35.300.117.441

Convocação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. acionistas da **Movecta S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 19/04/2024, às 10hs, de modo presencial, na Rua Guararapes, 1.909 - 9°andar - Cidade Monções São Paulo/SP, CEP: 04561-004 para deliberar sobre a seguinte **ordem do dia**: **5.1.1. Em Assembleia Geral Ordinária**: **(Item i)** o Relatório da Administração, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; **(Item ii)** a ratificação da distribuição de proventos, através de Juros sobre o Capital Próprio ("JCP"), referentes ao período de 01/06/2023 a 31/12/2023; **(Item iii)** a proposta dos administradores para a destinação do lucro/resultado relativo ao exercício social findo em 31/12/2023; **(Item iv)** a aprovação da Distribuição de Dividendos no montante total de R$ 9.602.896,94 na forma do Estatuto Social e na proporção do capital social e; constituição do montante correspondente à Reserva Legal (conforme previsto no Estatuto Social, Artigo 30) equivalente à 5% do lucro apurado no exercício de 2023, no valor total de R$ 2.021.662,51; **(item v)** a ratificação da distribuição de Dividendos Intermediários à acionista Preferencialista Localpar Participações S.A., no montante líquido de R$ 3.065.533,66, conforme autorizado pelo artigo 32 do estatuto Social da Companhia e deliberado e aprovado na Ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 10/10/2023 ("RCA de 10/10/2023") e montante pago no dia 10/10/2023 ("Dividendos Intermediários"); **(item vi)** a destinação dos dividendos remanescentes no montante de R$ 6.537.363,18; da seguinte forma: R$ 5.205.391,84, conforme proporção nas ações ordinárias e R$ 1.331.971,34, conforme proporção da participação do capital social, nas ações Preferenciais, observado o "Item v" (ou seja, descontado o valor dos Dividendos Intermediários antecipados e pagos em 10/10/2023); **(Item vii)** a reeleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia; e; **(Item viii)** a remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024. **5.1.2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** **(Item i)** a renúncia do Sr. Piero Grassi Simione do cargo de Diretor Comercial da Companhia; **(Item ii)** eleger o Sr. Alielton da Silva Vilas Boas ao cargo de Diretor de Operações da Companhia; **(Item iii)** reeleger os demais diretores da Companhia por mais 1 ano; **(Item iv)** apresentar a composição da Diretoria da Companhia atual; **(Item v)** ratificar os atos praticados por Diretores e procuradores da Companhia; e; **(Item vi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. Sra. **Marilena Rodrigues Vasone**, Presidente. (11, 12 e 13/04/2024)

REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 01.150.594/0001-80 – NIRE 35.300.533.356

Redução de Capital

REC Faria Lima Empreendimentos Imobiliários S/A., localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, 1.400, 8º andar, CEP 01455-000, CNPJ/MF nº 01.150.594/0001-80, com seu Contrato Social arquivado na JUCESP sob o NIRE 35.300.533.356, vem a público informar que foi aprovada em 01 de abril de 2024 por unanimidade dos sócios, com fundamento no Artigo 1082, inciso II, do Código Civil Brasileiro, a redução parcial do capital social em R$ 20.000.000,00, com o consequente cancelamento de 43.353.670 ações e restituição proporcional de capital aos acionistas: VR Desenvolvimento de Negócios S.A.

Monte Rodovias S.A.

CNPJ/ME nº 37.702.340/0001-74

ERRATA - Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais em 31/12/2023 e 2022

Comunicamos que a publicação das Demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 2022, publicada no jornal Data Mercantil no dia 29/03/2024 no formato digital e impresso, teve o seguinte conteúdo retificado no quadro do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas: ***No tópico: Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:*** **• Leia-se a seguinte redação retificada: "Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros relacionados à concessão:** Veja a Nota 11 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **Principais assuntos de auditoria: Como auditoria endereçou esse assunto:** A Companhia e suas controladas apresentam no ativo intangível investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão. Esses investimentos possuem expectativa de recuperação ao longo da concessão, baseada no recebimento de pedágio por parte dos usuários. Devido às incertezas inerentes no processo de determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros de cada UGC e suas premissas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como o crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto, bem como à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento por parte da Companhia para determinação dessa estimativa contábil, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, da razoabilidade e consistência das principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso das UGCs como: perspectivas de crescimento de tráfego, os ajustes tarifários, a estimativa de investimentos e a taxa de desconto utilizada, comparando-as com dados históricos e/ou de mercado e avaliando se são condizentes com a projeção aprovada pela Administração da Companhia; • Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas de finanças corporativas, em base amostral, se os cálculos matemáticos, práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas nos fluxos de caixas esperados na estimativa foram elaboradas de forma consistente e são razoáveis no contexto da avaliação da estimativa do valor recuperável das UGCs; e • Revisão das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o saldo do ativo intangível e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2023. Salvador, 28/03/2024. KPMG Auditores Independentes Ltda., CRC SP-014428/F-7; Diego Feliciano Irineu, Contador, CRC 1SP223212/O-2".

Cas Tecnologia S.A.

CNPJ n° 00.958.378/0001-00

Edital de Convocação

Ficam convocados os srs. acionistas para uma assembleia geral ordinária a realizar-se no dia 23/04/2024, às 10:00h, na sede social em São Paulo, SP, à Rua Dias Leme, 130, para tratar da seguinte ordem do dia: a) Aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício de 2023 e destinação de seus resultados; b) Distribuição de dividendos; c) Eleição dos membros do Conselho de Administração. São Paulo, 11 de abril de 2024 (aa) **Welson Regis Jacometti**, Diretor Presidente. **(11, 12 e 13/04/2024)**

DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 - NIRE 35.300.590.58-9

Ata de Reunião do Conselho de Administração

Data/Hora/Local: 22/03/2024, 10hs, na sede da Companhia. **Convocação e Presenças**: Dispensada. A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa**: Presidente, Sr. **Denis César Correia;** Secretário Sr. **José Luis Pano**. **Deliberações aprovadas**: **5.1.** Eleição para o mandato de 2 anos: (i) **Denis César Correia**, para **Diretor Presidente**; (ii) **Tharik Camocardi de Moura**, para **Diretor Financeiro**; (iii) **Juan Pablo Garcia Agudo**, para **Diretor dem Designação Específica**. Os diretores aceitam as suas nomeações mediante a assinatura do Termos de Posse. Os Diretores ora eleitos declaram sob a pena da Lei, não estares incursos em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que o impeça de exercer atividades mercantis. Nada mais. São José dos Campos, 22/03/2024. JUCESP nº 140.053/24-4 em 05/04/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 14/04/2011, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 11h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 1ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; e **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia. Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho -** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

Infrasec Securitizadora S.A.

CNPJ/MF nº 10.488.244/0001-19 - NIRE: 35.300.363.124 - Companhia Aberta

Edital de Convocação - Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão

Ficam convocados os Srs. Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 2ª Emissão da Emissora ("Titulares de CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos do Termo de Securitização, firmado em 27/04/2012, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30/04/2024, às 10h30, de forma exclusivamente digital (ver Informações Gerais abaixo), por meio da plataforma "Zoom", sendo o acesso disponibilizado pela Emissora individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste Edital de Convocação, conforme a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23/12/2021 ("Resolução CVM 60"), a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da Ordem do Dia: **(i)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(ii)** Deliberação sobre as Demonstrações Financeiras do Patrimônio Separado da 2ª Emissão, e o respectivo Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social encerrado e 31/12/2023, apresentadas pela Emissora e disponibilizadas nos sites www.infrasec.com.br, www.trusteedtvm.com.br e www.gov.br/cvm, as quais foram emitidas sem opinião modificada; **(iii)** Deliberação para que a Emissora e o Agente Fiduciário realizem, em conjunto, todos os atos e celebrem todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações da Assembleia Informações Gerais. A Assembleia será realizada de forma digital, nos termos da Resolução CVM 60, por videoconferência, via plataforma Zoom, coordenada pela Emissora e integralmente gravada, a qual disponibilizará oportunamente o link de acesso aos Titulares de CRI que enviarem aos endereços eletrônicos contato@infrasec.com.br e fiduciario@trusteedtvm.com.br, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência à data marcada para a realização da Assembleia os seguintes documentos: **i)** Se participante pessoa física: cópia digitalizada de documento de identidade do Titular dos CRI; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60; **ii)** Se demais participantes: cópia digitalizada do contrato social/estatuto social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do Titular de CRI (por exemplo, ata de eleição da diretoria) e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; caso representado por procurador, também deverá ser enviada cópia digitalizada da respectiva procuração com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificado digital, com poderes específicos para sua representação na Assembleia e outorgada há menos de 1 (um) ano, acompanhada do documento de identidade do procurador, conforme estabelece a Resolução CVM 60. Conforme a Resolução CVM 60, os Investidores poderão votar por meio de comunicação escrita ou eletrônica, desde que recebida pela Emissora antes do início da Assembleia. São Paulo-SP, 10/04/2024. **Infrasec Securitizadora S.A. Ismail Cristiano de Souza Moutinho,** Diretor de Relações com Investidores. (11, 12 e 13/04/2024)

DMCard Participações S.A.

CNPJ/MF nº 45.586.447/0001-22 - NIRE 35.300.590.58-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de abril de 2024

Data/Local/Hora: 10/04/2024, 16hs, de modo exclusivamente digital. **Convocação e Presença**: Dispensada. Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia. **Mesa**: Presidente, Denis César Correia; José Luís Pano, Secretário. **Deliberação aprovadas**: Ratificar a ata da AGE de Emissão para fazer constar no documento a seguinte nova redação para os subitens "*v*" e "*vi*", do item 5.a: "***a.*** *aprovar a emissão das Debêntures, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, que terá as seguintes características e condições principais, as quais constarão detalhadas e reguladas na Escritura: (...)* ***(v)*** Valor Total da Emissão*: o valor total da Emissão será de até R$ 1.200.000,00 na Data de Emissão, sendo* ***(a)*** *até R$ 600.000,00 para as Debêntures da primeira série; e* ***(b)*** *até R$ 600.000,00 para as Debêntures da segunda série;* ***(vi)*** Quantidade de Debêntures*: serão emitidas até 12.000 Debêntures, das quais* ***(a)*** *até 6.000 serão Debêntures da primeira série ("*Debêntures Primeira Série*"); e* ***(b)*** *até 6.000 serão Debêntures da segunda série ("*Debêntures Segunda Série*");"* Nada Mais. São José dos Campos, 10/04/2024.

Juros: taxas desaceleram alta e terminam estáveis em dia de piora na aversão ao risco

Os juros futuros encerraram a sexta-feira perto da estabilidade, após operarem em alta durante boa parte do dia. A curva teve ganho de inclinação tanto em relação a ontem quanto em comparação à última sexta-feira, refletindo a reprecificação dos ativos quanto à política monetária nos Estados Unidos, o aumento do estresse geopolítico e, internamente, a piora na percepção de risco fiscal. Na sessão de hoje, marcada pela escalada das tensões entre Israel e Irã, o movimento das taxas, que haviam subido muito nos últimos dias, foi visto como bem comportado.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,045%, de 10,060% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2026, em 10,22% (de 10,21%). O DI para janeiro de 2027 projetava taxa de 10,53%, estável, e o de janeiro de 2029, taxa de 11,08%, de 11,07%.

As taxas estiveram em alta firme na manhã, influenciadas pela desvalorização do câmbio, apesar da queda no rendimento dos Treasuries, por sua vez respondendo à chamada busca pela segurança em meio ao aumento do risco geopolítico, que também pressionava os preços do petróleo acima de 2%. O dólar à vista bateu nas máximas à casa de R$ 5,14, enquanto o retorno da T-Note de dez anos voltava a rodar abaixo de 4,50%. Os juros dos DIs de médio e longos prazos chegaram a subir quase 10 pontos nas máximas da manhã.

No começo da tarde, porém, houve uma descompressão e o avanço das taxas perdeu impulso, na medida em que o dólar se afastou dos picos do dia e o petróleo também desacelerou os ganhos, enquanto o yield da T-Note de dez anos voltou a rodar nos 4,50%.

IstoéDinheiro

Dólar sobe 2,11% na semana e encerra a R$ 5,12

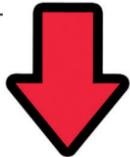
Aumento das tensões geopolíticas no Oriente Médio e questões técnicas do mercado de câmbio local levaram a uma nova escalada da moeda americana na sessão de sexta-feira, 12. Com máxima a R$ 5,1482 no início da tarde, o dólar à vista encerrou o pregão em alta de 0,60%, cotado a R$ 5,1212 – ainda nos maiores níveis desde meados de outubro. Na semana, o dólar avançou 1,10%, estendendo os ganhos no mês a 2,11%.

Enquanto isso, no mercado de ações, o Ibovespa acompanhou a piora do humor externo ao longo da tarde e fechou o dia em baixa de 1,14%, aos 125.946,09 pontos, no menor nível de encerramento desde 6 de dezembro passado, então aos 125,6 mil. Na semana, o índice da B3 acumulou perda de 0,67%, após retração de 1,02% no intervalo anterior. Sexta, oscilou dos 125.635,13 aos 127.639,90 pontos, saindo de abertura a 127.396,30 pontos. O giro financeiro foi a R$ 23,3 bilhões na sessão. No mês, o Ibovespa recua 1,69% e, no ano, cai 6,14%.

Em Nova York, as perdas nesta última sessão da semana ficaram entre 1,24% (Dow Jones) e 1,62% (Nasdaq).

IstoéDinheiro

Publicidade Legal

Em baixa pelo 3º dia, Ibovespa cai 1,14%, a 125,9 mil, e cede 0,67% na semana

Com o aumento das tensões entre Israel e Irã, o Ibovespa acompanhou a piora do humor externo ao longo da tarde e fechou o dia em baixa de 1,14%, aos 125.946,09 pontos, no menor nível de encerramento desde 6 de dezembro passado, então aos 125,6 mil. Na semana, o índice da B3 acumulou perda de 0,67%, após retração de 1,02% no intervalo anterior. Hoje, oscilou dos 125.635,13 aos 127.639,90 pontos, saindo de abertura a 127.396,30 pontos. O giro financeiro foi a R$ 23,3 bilhões na sessão. No mês, o Ibovespa recua 1,69% e, no ano, cai 6,14%.

Em Nova York, as perdas nesta última sessão da semana ficaram entre 1,24% (Dow Jones) e 1,62% (Nasdaq). Na B3, poucas entre as principais ações escaparam ao dia de correção. Vale (ON -0,37%) e Petrobras (ON -0,81%, PN -0,92%) não ficaram imunes, apesar do avanço nos preços do minério e do petróleo nesta sexta-feira. Na China, o minério subiu pelo quinto dia em Dalian, a US$ 116,55 por tonelada, em alta de 3,12% – desde a retomada dos negócios nesta semana, após o feriado chinês, o minério se recuperou sem interrupção.

O petróleo, por sua vez, sentiu efeito direto da possibilidade de ataque iminente que se espera a Israel por iniciativa do Irã ou de seus aliados, do sul do Líbano (Hezbollah) ou do Iêmen (Houthis). O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que prometeu apoio incondicional a Israel em caso de represália iraniana ao ataque do início do mês a um consulado do país persa na Síria, disse hoje que uma ação inimiga contra o aliado no Oriente Médio deve ocorrer mais cedo do que tarde.

IstoéDinheiro

Adonai Química S.A.

CNPJ/MF nº 02.703.755/0001-88

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: A Administração da Adonai Química S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações financeiras, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, correspondentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e de 2022, elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Nesta oportunidade a Presidência a Diretoria e a Administração da Adonai Química S.A. expressam os agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma contribuíram à Companhia, possibilitando assim o sucesso da Adonai no mercado nacional e em especial reconhecemos as contribuições e confiança de nossos participantes, nossos acionistas, nossos clientes, nossos fornecedores, nossos parceiros, nossos funcionários e nossos colaboradores pelo empenho e dedicação, e em especial a Autoridade Portuária de Santos (APS).

São Paulo, 21 de março de 2024.

A Diretoria

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

Balanços Patrimoniais

Ativo	2023	2022
Circulante	**15.875**	**10.457**
Caixa e equivalentes de caixa	6.787	2.094
Clientes	6.407	6.594
Estoque	263	192
Tributos a recuperar	1.948	73
Outros créditos	348	379
Despesas antecipadas	122	1.125
Não circulante	**327.153**	**302.409**
Clientes	262	–
Partes relacionadas	4.757	24.055
Depósitos judiciais	2.496	2.117
Imobilizado	2.901	2.465
Intangível	316.737	273.772
Total do ativo	**343.028**	**312.866**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante	**72.363**	**63.285**
Empréstimos e financiamentos	22.404	23.307
Fornecedores	7.990	21.942
Obrigações trabalhistas	2.180	2.089
Obrigações tributárias	6.282	3.584
Contas a pagar	9.103	5.138
Dividendos a pagar	22.640	5.607
Compromisso com poder concedente	1.764	1.618
Não circulante	**86.229**	**71.463**
Empréstimos e financiamentos	31.049	51.573
Partes relacionadas	35.900	–
Provisão para contingências	4.018	3.116
Obrigações tributárias	2.069	4.186
Contas a pagar	570	708
Compromisso com poder concedente	12.623	11.880
Patrimônio líquido	**184.436**	**178.118**
Capital social	150.000	150.000
Reservas de lucros	34.436	28.118
Total do passivo e patrimônio líquido	**343.028**	**312.866**

Demonstrações do Resultado

	2023	2022
Receita operacional líquida	115.292	89.611
(-) Custo de prestação de serviços	(48.058)	(40.176)
(=) Lucro bruto	**67.234**	**49.435**
(+/-) (Despesas)/receitas operacionais		
Despesas administrativas e comerciais	(23.181)	(22.999)
Outras receitas/(despesas) operacionais	(333)	143
	(23.514)	**(22.855)**
(=) Lucro antes do resultado financeiro	**43.720**	**26.580**
Resultado financeiro		
Despesas financeiras	(12.526)	(14.011)
Receitas financeiras	1.693	2.329
Variações cambiais líquidas	(585)	(128)
	(11.418)	**(11.810)**
(=) Resultado antes das provisões tributárias	**32.302**	**14.770**
Imposto de Renda e CSLL corrente	(7.004)	(5.346)
Imposto de Renda e CSLL diferido	–	(313)
	(7.004)	**(5.659)**
(=) Lucro líquido do exercício	**25.298**	**9.111**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**25.298**	**9.111**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**25.298**	**9.111**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Capital social	Reserva Legal	Reserva Especial	Reserva de Lucros	Lucros e prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**150.000**	**(1.399)**	**148.601**	**1.713**	**1.946**	**17.512**	**–**	**169.772**
Integralização de capital social	–	1.399	1.399	–	–	–	–	**1.399**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	9.111	**9.111**
Constituição de reservas	–	–	–	456	649	–	(1.105)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(2.164)	**(2.164)**
Transferência para reserva de lucros						5.842	(5.842)	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**150.000**	**–**	**150.000**	**2.169**	**2.595**	**23.354**	**–**	**178.118**
Integralização de capital social		–	–					**–**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	25.298	**25.298**
Constituição de reservas	–	–	–	1.265	1.802	–	(3.067)	**–**
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(6.008)	**(6.008)**
Transferência para reserva de lucros	–	–	–	–	–	16.223	(16.223)	**–**
Juros s/Capital próprio	–	–	–	–	–	(12.972)	–	**(12.972)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**150.000**	**–**	**150.000**	**3.434**	**4.397**	**26.605**	**–**	**184.436**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Das atividades operacionais	2023	2022
Lucro líquido antes das provisões tributárias	**32.302**	**14.770**
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	12.633	10.034
Resultado na venda ou baixa de ativos imobilizados e intangíveis	(23)	1
Juros e variações monetárias líquidas s/mútuos	–	(445)
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas	9.964	10.335
Provisao/ (estorno) para demandas judiciais	902	(698)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	–	–
Ajuste a valor presente compromisso poder concedente	1.342	898
Atualização Contrato de Arrendamento	(1.024)	
Decréscimo (acréscimo) em ativos		
Contas a receber de clientes	(75)	(1.480)
Estoque	(71)	(192)
Tributos a recuperar	(1.875)	1.160
Outros créditos	31	704
Despesas antecipadas	1.003	44
Depósitos Judiciais	(379)	(741)
(Decréscimo) acréscimo em passivos		
Fornecedores	(13.952)	17.443
Obrigações trabalhistas e tributárias	596	1.720
Outras contas a pagar	3.827	4.383
Compromisso com poder concedente	(452)	3.469
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**44.749**	**61.403**
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.876)	(5.346)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**35.873**	**56.057**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizados e intangíveis	(55.116)	(98.695)
Venda de Imobilizado	130	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(54.986)**	**(98.695)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(31.391)	19.432
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamentos	**(31.391)**	**19.432**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Integralização de Capital	–	1.399
Conta corrente concedidos ou pagos	–	(15.100)
Conta corrente captados ou recebidos	55.197	19.732
Distribuição de dividendos	–	(1.636)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos com acionistas	**55.197**	**4.396**
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**4.693**	**(18.811)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.094	20.905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.787	2.094
Aumento líquido/(diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	**4.693**	**(18.811)**

Notas Explicativas

1. Contexto operacional – A Adonai Química S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e tem sua Sede e foro na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, nº 1306, 8º andar, Sala 85, Vila Olímpia, CEP 04547-005 e filiais na Cidade de Santos, Terminal Adonai, Ilha do Barnabé e na Rua Alexandre de Gusmão, 11 Sala 612. A Companhia foi constituída em 29 de junho de 1998, com propósito específico para os fins e efeitos de concorrência nº 27/97 proposta nº 24, celebrado pela Autoridade Portuária de Santos (APS), mediante contrato de arrendamento regendo a exploração de instalação portuária, com utilização de área sob a administração da Codesp, localizada na Ilha do Barnabé, na margem esquerda do Porto Organizado de Santos, constituída pela bacia do antigo tanque KE-4 (demolido), pelos tanques KE-1, KE-2, KE-3, KE-5, KE-6, BE-2, respectivas bacias de contenção e áreas adjacentes, envolvendo investimentos da arrendatária necessários à reforma, construção e operação na área de instalações portuária, para movimentação de granéis líquidos inflamáveis ou não. A Companhia detém o arrendamento para exploração de instalação portuária, quais sejam docas, cais, pontes e píers de atracação e acostagem, terrenos, edificações e vias de circulação interna, assim como infraestrutura de acesso aquaviário ao Porto, margem do rio e adjacências, canais de evolução e áreas de fundeio mantidas pela APS. O prazo de arrendamento era de 20 (vinte) anos, renovável uma única vez, por igual período de tempo, conferindo o direito de operar o terminal contado a partir da data de assinatura do contrato de arrendamento. Em 21 de maio de 2007, a Companhia assinou o quinto instrumento de retificação, ratificação e aditamento do Contrato de Arrendamento PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, nos termos do deliberado em reunião ordinária do APS nº 1272 realizada em 19 de abril de 2007. Em julho de 2018, foi iniciada a construção da Bacia VII para ampliação do Terminal da Adonai em 16.900,00 m3 – distribuídos em 08 tanques. A atual ampliação comtempla, também, a construção de 2 dutos portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou o sexto termo aditivo ao Contrato de Arrendamento nº PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, passando a nova vigência do contrato de arrendamento até 10 de junho de 2043. Em 08 de novembro de 2019, foi obtido o alfandegamento da Bacia VII, conforme Ato Declaratório Executivo nº 59, expedido pelo superintende regional da Receita Federal do Brasil na 8ª região fiscal, publicado no DOU em 22 de novembro de 2019. A Companhia considerando ainda o seu plano de investimentos aprovados, e necessários à ampliação da capacidade estática de armazenagem e modernização das estruturas físicas do Terminal iniciou em fevereiro de 2021 a construção da Bacia VIII considerando a instalação de 5 novos tanques. A atual ampliação prevê, também, a construção de 2 Dutos Portuários, em Aço Inoxidável AISI-316L, com diâmetro de 8" (oito polegadas), ligando a Casa de Bombas da Bacia VIII do Terminal ao Cais de Granéis Líquidos da Ilha Barnabé – Cais Bocaina e Cais São Paulo. Em 13 de agosto de 2021, a companhia assinou o sétimo termo aditivo ao Contrato de Arrendamento no PRES/003.98, celebrado em 05 de fevereiro de 1998, alterando o índice de correção contratual de IGPM para IPCA. Em novembro de 2022 foi concluída a construção da Bacia VIII a qual amplia a capacidade estática de armazenagem do terminal em mais 16.218,014 m3, distribuídos nos 5 novos tanques, incluindo também nesta data a conclusão das demais instalações de infraestrutura previstas para o funcionamento desta nova instalação. Em 14 de dezembro 2022, foi obtido o alfandegamento da Bacia VIII, conforme Ato Declaratório Executivo nº SRRF08 nº 60, expedido pelo superintendente regional da Receita Federal do Brasil na 8º região fiscal, publicado no DOU em 14 de Dezembro de 2022. Atualmente a Companhia conta com uma capacidade operacional instalada de 109.115,51m³, distribuídos em 77 (setenta e sete) tanques para armazenagem, estocagem e movimentação de uma variedade de produtos líquidos inflamáveis, derivados de petróleo de classes I a III, e químicos classificados como A-1, incluindo derivados de petróleo, combustíveis, mistura óleo diesel, biodiesel, álcool, produtos químicos e semelhantes como etanol, soda cáustica, óleos vegetais e minerais, entre outros. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis – 2.1. Declaração de conformidade e aprovação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Sociedade em 21 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data que tiveram efeito sobre as divulgações das referidas demonstrações.

Américo Relvas da Rocha – Diretor Presidente
Luis Gustavo Batista – Diretor Administrativo e Financeiro
Leandro Luiz Chiachio – Diretor Técnico de Engenharia
Márcio Luiz de Jesus Mendes – Diretor Operacional
Jose Manuel dos Santos de Freitas – Contador Responsável Técnico – CRC 1SP 220.700/O-5

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Administradores da
Adonai Química S.A. – São Paulo-SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Adonai Química S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Adonai Química S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase: Transações com partes relacionadas:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 06 e 14 às demonstrações contábeis, a Companhia possui transações com partes relacionadas e é conduzida no contexto de um grupo de empresas. Consequentemente, a análise das demonstrações contábeis deve considerar esse fato. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: . Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; . Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; . Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; . Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024.

BDO
BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2SP 013.846/O-1
André Silva Moura
Contador – CRC 1SP 300.564/O-7

Negócios

Ambev Safra reforça visão pessimista com incertezas se materializando

Os sinais vermelhos do Safra para a Ambev (ABEV3) se materializaram de dezembro para cá. A reforma tributária e a a crise econômica na Argentina são os principais pontos da lista de incertezas que derrubaram a ação em cerca de 17% nos últimos cinco meses, segundo a casa.

A recomendação do Banco Safra permanece em "venda" (underperform) para ações ABEV3, tendo em vista que a pressão sobre os lucros da companhia ainda deve pesar sobre o preço do ativo.

Com a aproximação dos resultados do primeira trimestre deste ano (1T24), os analistas do Safra preveem que a empresa de bebidas deve entregar números fracos, com a receita líquida da Ambev pressionada por volumes estáveis e um efeito de mix negativo no preço por hectolitro de cerveja. "O custo por hectolitro (COGS/hl) mais baixo, especialmente nas vendas de cerveja no Brasil, deve impulsionar uma sólida melhoria na margem, embora acreditemos que isso já seja amplamente esperado, levando a um leve crescimento do EBITDA consolidado (3%)," aponta o Safra.

Por outro lado, os analistas acreditam que a redução nos benefícios fiscais de juros sobre capital próprio (JCP) deve levar a uma queda de 2% no lucro por ação, na comparação anual, ante o 1T23.

Entre os principais detratores no preços dos papéis da Ambev, o Safra pontua as mudanças provocadas pela reforma tributária e as indústrias do Canadá e Argentina.

Do lado do Brasil, um ponto positivo é que o período de verão mais quente, somado ao Carnaval, deve impulsionar as vendas, principalmente no consumo de cerveja.

Por outro lado, "a mudança na legislação de JCP deve levar a uma redução significativa (estimamos 50%) nos pagamentos de JCP e, consequentemente, no escudo fiscal que ele proporciona", afirmam os analistas da casa.

Além disso, a nova reforma tributária potencialmente impactará os subsídios fiscais estaduais. Nesse aspecto, os analistas apontam que as empresas estão optando por levar a questão aos tribunais e "assumimos que a Ambev fará o mesmo".

Suno

Seguros Unimed diversifica atuação e busca visibilidade

Existe o sistema Unimed que todo mundo conhece. Com 56 anos de atuação, é uma das líderes do setor de saúde suplementar do Brasil, com 2,1 milhões de usuários apenas em sua cooperativa central. No total, são 340 cooperativas médicas, presentes em 90% das cidades brasileiras e atendem a 20 milhões de pessoas em planos de saúde e odontológicos. Os números vão além: 118 mil médicos cooperados, 143 mil empregos diretos, 157 hospitais próprios, cerca de 2,5 mil unidades credenciadas, além de pronto-atendimento, clínicas e laboratórios. Uma operação que injeta no sistema de saúde brasileiro R$ 74,8 bilhões por ano. E existe o Seguros Unimed, o braço financeiro e seguradora do grupo, pouco conhecido, mas relevante no mercado nacional.

Os números, mais uma vez eles, justificam essa condição. Está entre as maiores seguradoras cooperativas do mundo, de acordo com o estudo Global 500 for 2023, da International Cooperative and Mutual Insurance Federation (ICMIF).

É a única brasileira no ranking, sendo a segunda maior da América Latina e a quinta entre as companhias de países emergentes.

• O faturamento consolidado de 2023 foi de R$ 6,32 bilhões, 22,6% superior ao do ano anterior.

• O resultado operacional registrou R$ 223,7 milhões e o lucro líquido ficou na casa dos R$ 349,4 milhões.

• A projeção para este ano é crescer 20% em receita, de acordo com o CEO, Helton Freitas.

"Tem um espaço dentro do próprio sistema Unimed que nós queremos ocupar progressivamente. Estamos trabalhando forte para isso", disse o executivo, que desde 2015 está à frente da operação da Seguros Unimed.

Para entender qual é o campo de atuação da empresa, é preciso primeiro compreender a diferença entre seguro de saúde e plano de saúde.

IstoéDinheiro

Arezzo e Grupo Soma : banco vê fusão desbloqueando valor e impulsionando ações em 40%

O Itaú BBA atualizou as suas estimativas para Arezzo (ARZZ3) e Grupo Soma (SOMA3), avaliando que a fusão entre as duas empresas tende a desbloquear valor em termos de sinergias.

"Vemos um potencial significativo para desbloquear valor com o acordo em termos de sinergias, mas o potencial de valorização é tão alto nos preços atuais que nem precisamos considerar as sinergias para ver um P/E de 11,3x para 2025", diz o BBA.

Com base nessa análise, os especialistas estabeleceram um preço-alvo ambicioso para o final de 2024 de R$ 74 por ação para a Arezzo (ARZZ3) e R$ 9 por ação para o Grupo Soma (SOMA3), representando um potencial de valorização de 37% e 40%, respectivamente.

No relatório, o BBA destacou as preocupações dos investidores após o anúncio da fusão, impulsionadas por três fatores principais. Em primeiro lugar, há a preocupação sobre a complexidade da integração M&A, fundamentada em experiências passadas no setor de varejo. Além disso, existe um ceticismo dos investidores em relação ao potencial de venda cruzada entre as marcas envolvidas na fusão. Por fim, o recente momento de lucro negativo no 1T24 também gera incerteza.

Contudo, o BBA tem classificação de outperform, equivalente à compra, para as duas empresas do varejo.

Segundo o BBA, a incorporação do Grupo Soma pela Arezzo posicionará a 'Nova Empresa' como um dos nomes mais líquidos e de alta qualidade na cobertura de varejo da casa, o que provavelmente atrairá novos compradores marginais para a história e pode acelerar a reavaliação da ação.

O banco, por fim, expressa uma visão otimista em relação à fusão, acreditando que o cenário mais positivo poderia resultar na adição de R$ 81 milhões à estimativa ajustada de resultado líquido, que atualmente é de R$ 892 milhões para 2025.

Suno

13, 14 e 15.04.24.indd 12 12/04/2024 21:05:06